

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

JOSÉ ARNOR DE LIMA JÚNIOR

PROTAGONISMO DO PROFESSOR SURDO NAS POLÍTICAS DA UFPE

Recife
2024

JOSÉ ARNOR DE LIMA JÚNIOR

PROTAGONISMO DO PROFESSOR SURDO NAS POLÍTICAS DA UFPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes

Recife

2024

L732p Lima Júnior, José Amor de
 Protagonismo do professor surdo nas políticas da UFPE / José
Amor de Lima Júnior. – 2024.
 101 p. : il.

Orientação: Alfredo Macedo Gomes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação.
Recife, 2024.
Inclui referências.

1. Surdo Professor. 2. Política. 3. Protagonismo. 4. Universidade.
5. UFPE. I. Gomes, Alfredo Macedo (Orientação). II. Título.

370 CDD (23.ed.) UFPE (CE2024-049)

JOSÉ ARNOR DE LIMA JÚNIOR

PROTAGONISMO DO PROFESSOR SURDO NAS POLÍTICAS DA UFPE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Alfredo Macedo Gomes

Examinadora Externa: Profa. Dra. Ana Regina e Souza Campello

Examinador Externo: Prof. Dr. Oussama Naouar

Examinador Interno: Profa. Dra. Vilde Gomes de Menezes

Dedicatória

*No seu amor, minha mãe
única
minha vida
a incentivar-me no trabalho, na hora certa, no caminho
que me salvou
A Joseane Fortunato de Lima (In memoria)*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por conceder-me fé, persistência e estratégias na superação das dificuldades e por todas as conquistas na minha vida, através da luta em prol da comunidade surda.

Agradeço em especial aos meus pais, Joseane Fortunado e José Arnor, pelos estímulos durante minha infância e por lutarem pela minha educação mesmo com a minha surdez, e por terem acreditado que eu seria capaz.

Agradeço à minha família, em especial Tia Ivaneide Trigueiro de Lima, pelos anos de preocupação, cuidado e acolhimento em sua casa sempre assumindo um papel de mãe em minha vida.

Ao meu orientador, Professor Alfredo Macedo Gomes, pela valiosa orientação e zelo durante toda a construção deste trabalho e da minha formação profissional.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), bem como à UFPE, especialmente as professoras Viviane de Bona, Janete Maria Lins de Azevedo, Marcia Ângela da Silva Aguiar e Tícia Ferro, pela paciência e excelência de ensino e através desses professores, todos os outros professores que, por meio de suas práticas educativas e do conhecimento, me ajudaram a construir esse trabalho em prol de uma sociedade mais acessível.

Agradecimento especial a Hercília Melo, pelo apoio antes e durante o processo do mestrado, por me incentivar desde o projeto inicial da seleção e pelo zelo ao longo do curso.

Agradeço de coração aos professores do Curso Letras/Libras por esses anos que estivemos juntos durante a licenciatura. Aos colegas do curso, pelo companheirismo e amizade fortalecidos diante das dificuldades surgidas e das trocas que geraram a construção de conhecimentos durante o curso.

Aos amigos Surdos e ouvintes da ASNAT – Associação de Surdos de Natal, pelas lutas e vitórias em prol do desenvolvimento social, cultural e político da nossa Comunidade Surda.

Aos amigos colegas que fazem parte do Instituto de Educação e Ensino de Libras – IEEL, onde estou como voluntário desde 2017.

Aos tradutores-intérpretes que fizeram parte nas reuniões e orientações desse trabalho como parceiros, Intérpretes de Libras do Núcleo de Acessibilidade - NACE.

Agradecimento, em especial, aos participantes, surdos professores que foram os entrevistados dessa pesquisa, pela valorosa contribuição, pois, sem esses profissionais, meu trabalho não teria tanto conteúdo.

Às amigas que atuaram na tradução da minha entrevista de dissertação de Libras para a Língua Portuguesa, Simone Lorena e Sônia Marta.

À inesquecível e amável professora Maria Delenice, que na minha infância segurou-me pela mão e dirigiu meus primeiros passos no caminho do saber.

À melhor amiga de conversas cotidianas, Juliana Mateus, que me aturou nos diversos momentos de dúvidas, angústias e desabafos.

À Professora Glécya Magna, pela cooperatividade e profissionalismo, sabendo sempre valorizar e respeitar minha identidade Surda, durante todo meu processo de busca e construção de conhecimento.

À amiga Ana Regina e Souza Campello, desde a pandemia em 2020, COVID 19, o contato online, quando passamos a conviver mais diariamente com conversas muito produtivas que me trouxeram muito aprendizado.

À Coordenadora, Alice Bolter, pela dedicação e interesse em tornar ainda de melhor qualidade o cotidiano educativo da UFPE/PPGEdu.

À minha amiga Gisele Oliveira, Intérprete de Libras que sempre me acompanha e apoia. A você, meus sinceros agradecimentos.

À amiga Débora Cardoso, que conheci desde criança, por ser CODA (Filha de pais surdos). Não esperava que atualmente estaríamos trabalhando juntos na mesma universidade, professora e Tradutora Intérprete de Libras, pela companhia alegre e pelo apoio à tradução da minha dissertação.

E, especialmente, aos amigos surdos que permitiram que suas narrativas comprovassem dados e humanizassem este discurso.

Agradeço carinhosamente pela minha amiga Gleide Veloso por tomar conta da minha vida ao apoiar com a moradia.

RESUMO

A entrada dos surdos na Universidade Pública se deu de forma mais ampla por meio de políticas linguísticas, especialmente a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.6256/05, que resultaram, por exemplo, na criação do Curso de Letras Libras (bacharelado e licenciatura). Tal fato resultou em novas demandas e responsabilidades das instituições públicas de ensino superior para que possibilitassem, tanto para estudantes, quanto para servidores docentes e técnicos(as)-administrativos e para a comunidade surda em geral, o projeto de materialização da universidade pública inclusiva. Diante disso, propomos em nossa pesquisa analisar a implementação de políticas institucionais e educacionais no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com vistas à inserção do surdo professor no ensino superior na perspectiva inclusiva. Nossa metodologia é de caráter qualitativo e interpretativo, utilizando-se enquanto método de investigação o Estudo de Caso, dividido nas seguintes fases: fase exploratória ou definição do foco de estudo, fase de coleta de dados e fase de análise sistemática dos dados. Mais especificamente, foram identificados os documentos institucionais voltados para a educação inclusiva no contexto da UFPE; ocorreu também a aplicação de entrevista estruturada com quinze (15) questões, realizadas com cinco (05) surdos/as professores/as com experiência docente. Após a sistematização e análise dos dados, notamos a importância de políticas institucionais que contribuam na formação contínua do surdo professor considerando suas especificidades linguísticas e culturais, e as lacunas formativas desde a escolarização até o ensino superior; ainda, a valorização da percepção do surdo professor enquanto importante componente na constituição, implementação e avaliação de ações concernentes às políticas educacionais posto que, no caso dos surdos, é a partir das demanda(s) do sujeito(s) surdo(s) como protagonismo que a universidade deverá responder ética e responsavelmente.

Palavras-chave: Surdo Professor. Política. Protagonismo. Universidade. UFPE.

ABSTRACT

The entry of the deaf into the university took place more broadly through language policies, especially Law 10.436/02 and Decree 5.6256/05, which resulted, for example, in the creation of the Brazilian sign Language Course (bachelor and degree). This fact exposed new demands and responsibilities of public institutions of higher education to make it possible - both for students, employees and the deaf external community - an inclusive public university. In view of this, we propose in our research “to analyze the implementation of educational policies at the UFPE Education Center, with a view to the inclusion of deaf teachers in higher education from an inclusive perspective. Our methodology is situated as field research, with an interpretive qualitative character, using as an investigation method: the Case Study, divided into the following phases: exploratory phase or definition of study focuses, data collection phase or delimitation of studies and systematic data analysis phase. More specifically, institutional documents aimed at inclusive education in the context of UFPE were identified and a structured questionnaire with 15 (fifteen) questions was applied, with the participation of 5 (five) deaf people who had/have teaching experience at UFPE. After systematizing and analyzing the data, we note the importance of institutional policies that contribute to the continuous training of deaf teachers, considering their linguistic and cultural specificities, and the training gaps from schooling to higher education; and also, the appreciation of the perception of the deaf teacher as an important component in the constitution, implementation and evaluation of actions concerning inclusive educational policies since, in the case of the deaf, it is based on the demand(s) of the deaf subject(s) as protagonist that the university must respond ethically and responsibly.

Keywords: Deaf teacher; policy; Protagonist; University; UFPE.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Panorama de matrículas da Educação Especial em Classes Comuns e Exclusivas	14
Quadro 2 - Sistematização da fundamentação teórica.....	26
Quadro 3 - Pesquisa Documental	38
Quadro 4 - Documentos Institucionais UFPE relacionados ao Tema da Inclusão.....	39
Quadro 5 - Panorama dos surdos professores da UFPE	44
Quadro 6 – Panorama da atuação e atividades docentes dos surdos professores.....	45
Quadro 7 - Tradutores e Intérpretes de Libras.....	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto do site da universidade onde explica que são tutoriais em vídeos	82
Figura 2 - Foto do vídeo tutorial da universidade com janela em Libras.....	83
Figura 3 - Foto de um vídeo informativo da universidade com janela em Libras.....	83
Figura 4 - Foto de um vídeo informativo da universidade com legenda em Língua Portuguesa.....	84
Figura 5 - Foto de um evento do Curso de Direito da universidade com intérprete posicionado para a câmera	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ESTUDOS SURDOS: CULTURA E IDENTIDADES SURDAS.....	22
2.1	O sujeito surdo: o debate sobre sua cultura e identidade.....	22
2.2	Política educacional e linguística na/para a formação do Surdo Professor	26
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1	Procedimento metodológico das entrevistas e suas traduções.....	41
3.2	Compreendendo os cenários	41
3.3	Caracterizando os sujeitos da pesquisa	43
4	ESPAÇO INCLUSIVO: ENTRE O ESCRITO E O SINALIZADO.....	47
4.1	Do protagonismo dos surdos professores nas atividades docentes da UFPE.....	47
4.2	As barreiras encontradas pelos surdos professores frente às atividades acadêmicas na UFPE.....	56
4.3	Políticas e ações institucionais na perspectiva do Surdo Professor	76
4.4	A perspectiva do Surdo Professor sobre melhorias na universidade	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Nesta Introdução, apresentamos as motivações que levaram à escolha do objeto de pesquisa e suas possibilidades de contribuição para a (re)construção epistemológica, especialmente, acerca da constituição identitária do Surdo Professor¹ no Ensino Superior.

A sociedade atual atravessa um momento de muitas transformações em suas mais importantes dimensões constitutivas, tais como as dimensões sociais, econômicas, culturais, educacionais, além das transformações que ocorrem no campo da inclusão social. Os grupos tradicionalmente excluídos e marginalizados têm realizado importantes conquistas em termos de políticas públicas, especialmente no campo da educação, embora continuem lutando e exigindo do poder público a implementação de políticas e medidas para a construção de uma sociedade inclusiva, plural e diversa. Esse projeto de sociedade requer, principalmente, uma mudança consistente e profunda das relações sociais, que passem a ser orientadas pelo respeito às diferenças e à geração de oportunidades para todos.

A população com deficiência, expressão compreensiva da Pessoa com Deficiência (doravante PcD), entre outras minorias, sofreu e sofre com estigma e exclusão, preconceito e discriminação, foi e ainda é “segregada” em “escola especial” tanto também em “escola inclusiva”, tratada como inapta e incapaz, pois as pessoas continuam “segregando” a pessoa PCD.

Em determinado tempo histórico não muito distante, as pessoas com deficiência não tinham direitos a heranças, nem ao casamento com parceiros(as) surdos(as). Nesse mesmo sentido, as pessoas surdas eram também castigadas devido à concepção socialmente estabelecida de que havia recebido feitiço, e por isso sofreu perseguição por parte da Igreja Católica, que lhes atribuiu a sua condição de surdo a causas sobrenaturais e "anomalias" (Mazzota, 1999). A pessoa surda viveu, por muito tempo, desprezada, abandonada, em sofrimento, sendo necessário engajamento e enfrentamento, resistência e resiliência, de forma coletiva, que culminaram na formulação e implementação de políticas públicas para a realização de mudanças sociais, culturais e educacionais que vêm implicando em conquistas importantes para a emancipação e inclusão sociais. A luta alongada, que ainda se trava atualmente, envolve diversos atores, instituições e peças legais para gerar mudanças nas condições sociais desiguais e excludentes.

¹ Nova terminologia de acordo com o autor Elias Paulino da Cunha Junior (2022) – essa terminologia vai de encontro a uma nova constituição de identidades por meio de novas categorias e será aderida para esse trabalho a partir do texto da introdução. Sugestão após defesa de membro de banca examinadora, e assim, por entendermos que o sujeito principal de identidade do trabalho é o Surdo Professor.

O advento da escola para todos associado a acordos e cartas internacionais de direitos humanos, entre outros contextos civilizacionais, permitiu debates profundos a respeito da participação social da população com deficiência. O direito à educação de todos os indivíduos em consonância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, renovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 da UNICEF e nas normas das Nações Unidas de 1993, apontam para o papel fundamental do Estado para assegurar o atendimento às pessoas com deficiência no sistema educativo. Segue:

6. Os direitos das pessoas portadoras de deficiências

63. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são universais e, portanto, aplicáveis sem qualquer reserva às pessoas portadoras de deficiências. Todas as pessoas nascem iguais e com os mesmos direitos à vida e ao bem-estar, à educação e ao trabalho, à independência e à participação ativa em todos os aspectos da sociedade. Qualquer discriminação direta ou outro tratamento discriminatório negativo de uma pessoa portadora de deficiência constitui, portanto, uma violação de seus direitos. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela aos Governos no sentido de que, se necessário, adotem leis ou modifiquem sua legislação para garantir o acesso a estes e outros direitos das pessoas portadoras de deficiências.

64. As pessoas portadoras de deficiências devem ter acesso igual a todo e qualquer lugar. Devem ter a garantia de oportunidades iguais, mediante a eliminação de todas as barreiras socialmente determinadas, sejam elas físicas, financeiras, sociais ou psicológicas, que excluam ou restrinjam sua plena participação na sociedade.

65. Recordando o Programa Mundial de Ação para as Pessoas Portadoras de Deficiências adotado pelo Assembleia Geral no seu trigésimo - sétimo período de sessões, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela à Assembleia Geral e ao Conselho Econômico e Social, no sentido de que em suas reuniões de 1993 adotem o projeto de diretrizes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas portadoras de deficiência (Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993)

Segundo Sassaki (2006), mesmo com o avanço na construção de ambientes favoráveis à socialização inclusiva, as barreiras comunicacionais e atitudinais às pessoas com deficiência permanecem, uma vez que “integrar” não significa mudança de consciência. É fundamental garantir às PcD acesso à educação superior em conformidade com a diversidade da população, com pleno respeito às diferenças. Para tanto, políticas inclusivas, recursos de diversas ordens (humanos, financeiros etc.) e procedimentos didáticos estão fartamente documentados como social e institucionalmente necessários para o enfrentamento e a superação de todos os tipos de barreiras que se interpõem à inclusão das PcD.

Bueno (1993) aponta que somente 10% ou 15% da população com deficiência adequa-se aos moldes do ensino regular, fazendo com que esse público seja profundamente penalizado

em função da deficiência ao não acesso aos níveis mais elevados de escolarização. Embora os dados reportem aos idos dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, e mudanças importantes ocorreram nas políticas de acesso e permanência da educação superior pública, com a democratização e implementação das cotas, faz-se necessária a continuidade de ações para ampliar o acesso e garantir a permanência nas universidades públicas. Para que tenhamos um panorama do ensino regular, segue abaixo o quadro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre as matrículas de estudantes deficientes em classes comuns e exclusivas da educação básica.

Quadro 1 – Panorama de matrículas da Educação Especial em Classes Comuns e Exclusivas

Número de matrículas da Educação Especial em **Classes Comuns: 1.372.985**

 Estudantes com surdez: 17.141

 Estudantes com deficiência auditiva: 37.625

 Estudantes com surdocegueira: 548

Fonte: Censo Escolar 2022/Inep

Número de matrículas da Educação Especial em **Classes Exclusivas: 154.809**

 Surdez: 3.558

 Deficiência auditiva: 2.642

 Surdocegueira: 80

Fonte: Censo Escolar 2022/Inep

Fonte: Sou.Gov. Grifos originais.

Verifica-se que o INEP conseguiu registrar no Censo Escolar de 2022 as diferenças de acesso ao número de matrículas da Educação Especial em classes comuns e exclusivas, ou seja, “Educação Especial em classes comuns” são as popularmente conhecidas como as “escolas inclusivas” que contam com salas em que estudantes surdos, professores, equipe escolar e ouvintes interagem entre si com o apoio do Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Já a “Educação Especial em classes exclusivas” seriam aquelas classes nas quais o professor é fluente em Libras e os conteúdos são lecionados através da Libras como a primeira língua do aluno e é considerada a escrita da língua portuguesa como segunda língua.

No que concerne ao Ensino Superior, o acesso é menos favorável aos surdos, estando por volta de apenas 7% da população surda matriculada em instituições de ensino superior públicas e privadas (INEP, 2022).

Mittler (2003, p. 34) reitera que a inclusão sugere uma reforma radical em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula, desafiando, inclusive, a universidade no encontro de estratégias através do exercício científico. A universidade tem por função social, portanto, realizar a formação de trabalhadores para diversos setores da sociedade, assim como colaborar na confecção de produtos e ressignificação de práticas, com vistas a contribuir para a construção de uma sociedade plural e inclusiva, não violenta e emancipada, conforme estabelecem a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). É importante acrescentar, como necessidade permanente de estudo da área de educação inclusiva, que os estudantes em atividades de sala de aula desafiam os campos de ensino, pesquisa e extensão das universidades para o encontro de estratégias visando o seu desenvolvimento científico e social. A universidade, não se furtando da sua função social, portanto, colabora na formação de trabalhadores e trabalhadoras para os diversos setores da vida social e econômica, na confecção de produtos e ressignificação de práticas, com vistas a uma nova sociedade, não violenta e emancipada.

A aprovação de políticas de inclusão no Brasil, como a Lei de Cotas na graduação - Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) - respondeu, sem resolução final, a passivos históricos de desigualdades sociais, com garantia de vagas para acesso de estudantes oriundos da rede pública de ensino, e para pretos, pardos e indígenas.

Vale salientar que esta garantia coaduna-se com o movimento em prol da obrigatoriedade de disciplinas inclusivas em cursos de ensino superior, pautados também na Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) e no Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que estabelecem, respectivamente, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos e o Decreto que regulamenta a referida Lei nº 10.436 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), definindo a que a “Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (artigo 3º).

Neste sentido, os cursos de graduação em Fonoaudiologia, ao lado da Pedagogia e das licenciaturas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) compreendem, atualmente,

componentes curriculares voltados a variados temas relativos à inclusão, considerando que a Libras é componente curricular optativo nos demais cursos de educação superior e profissional, conforme reza o Decreto nº 56260/2005 (Brasil, 2005).

As disciplinas ou componentes curriculares que abordam a temática da inclusão nos permitem rediscutir o cenário de formação voltado à padronização do alunado e depositando no futuro professorado e na relação pedagógica professor-aluno as possibilidades de, na sua tarefa pedagógica, pensar a relação de ensino-aprendizagem com alunos que tenham deficiência. Santana (2005) faz chamamento aos cursos de formação de futuros professores para uma consciência crítica sobre a realidade que eles trabalham com a oferta de fundamentação teórica e universo de estágios que lhes possibilitem uma ação pedagógica eficaz.

Junto aos desafios da inclusão, tem-se na UFPE, especialmente na Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer, o programa de bolsas do Projeto de Extensão de Iniciação ao Desporto Especial (PRO-NIDE) – o qual apoia alunos com deficiência promovendo a saúde, a qualidade de vida e a inclusão social, pois esse programa promove inclusão e integração de alunos com deficiência entre si e entre alunos sem deficiência.

Além disso, existe uma disciplina obrigatória de Educação Física que é adaptada aos discentes de educação física, “projeto e disciplina” que vêm sendo objeto de estudo em dissertação devido à importância e relevância dos mesmos na formação de profissionais inclusivos, como, por exemplo, a dissertação que discorre sobre a representação social dos alunos de Educação Física da UFPE sobre a disciplina Educação Física (Ferreira dos Santos, 2009).

Porém, para além desses exemplos citados, a inclusão na UFPE têm a proposta de acontecer em diversos cursos, não somente em Educação Física, como por exemplo, nos Campus Recife, Centros Acadêmicos da Vitória (CAV), situado em Vitória de Santo Antão, e do Agreste (CAA), situado em Caruaru, ambos vinculados à UFPE, também há oferta das disciplinas de Libras como matéria obrigatória nas licenciaturas e nos cursos de bacharelado como disciplina eletiva e de forma opcional nos demais cursos de graduação.

Nacionalmente, o curso de Letras Libras teve seu início na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, através de políticas desenvolvidas pelas pessoas surdas e ouvintes bilíngues (que sabiam Libras fluente bem como o português), tendo sua primeira turma em 2006 na modalidade de educação à distância, com a modalidade presencial iniciando em 2009. Já na UFPE, o curso de Letras Libras funciona desde o segundo semestre letivo de 2014 no Centro de Artes e Comunicação. O ensino de Libras proporciona conhecimentos dos fundamentos filosóficos, sociológicos e históricos da educação da pessoa surda, refletindo

sobre a trajetória da educação da pessoa surda e o processo de comunicação e expressão entre a pessoa surda e o ouvinte no que concerne à aproximação da sua estrutura linguística. Estas prerrogativas estão presentes, de forma bastante ampla e frequente, nas ementas de disciplinas de cursos superiores, como em proposta lecionada na Universidade Federal da Paraíba.

Os Núcleos de Acessibilidade, difundidos amplamente por NACE, implantados nas Instituições de Ensino Superior, também perfazem mudanças estruturais das universidades no que concerne aos direitos humanos, como exemplo a experiência do NACE – UFPE que disponibiliza uma equipe de atendimento à comunidade acadêmica com psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, intérpretes de libras e um laboratório para pessoas cegas ou com baixa visão, conforme notícia gerada pelo site da assessoria de comunicação da UFPE e pela resolução nº 11/2019.

O acesso e a permanência da pessoa com deficiência ao ensino superior também estiveram presentes nos objetivos do Programa Incluir (Brasil, 2006), criado em 2005, que visou, segundo o Ministério da Educação (MEC), cumprir “o disposto nos decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 e no edital INCLUIR 04/2008, publicado no Diário Oficial da União nº 84, seção 3, páginas 39 e 40, de 5 de maio de 2008”, ou seja, ofertar ações de apoio e financiamento, por meio de editais, para apoiar a criação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esse programa foi extremamente exitoso e precisa voltar a contar com o apoio do MEC, para que se proceda ao fortalecimento das políticas de inclusão nas IFES.

No cenário mais amplo das políticas públicas, com repercussões importantes para a educação inclusiva de maneira geral, registra-se também a garantia de vagas reservadas para a pessoa com deficiência em concursos públicos através da Lei nº 8.112/1990 e na esfera privada no Brasil diante do direito ao trabalho enquanto premissa fundamental na Constituição.

Na delimitação deste cenário, é preciso destacar que nos institutos e universidades federais registra-se crescimento da contratação de surdos professores efetivos e substitutos. No Centro de Educação da UFPE, o quadro docente com surdez chegou ao ano de 2023 com três docentes (entre efetivos e substitutos), com oferta de componentes curriculares que dialogam estritamente com a perspectiva inclusiva, além de ter também professores/as ouvintes que trabalham com os fundamentos do espectro autista, da educação inclusiva e a Libras.

Destaca-se também a vanguarda da UFPE no que concerne à formulação e implementação da política de cotas para todos os programas de pós-graduação *stricto sensu* (ou seja, para os cursos de mestrado e doutorado) voltada às minorias sociais, como pessoas com deficiência, implementada a partir da Resolução nº 17/2021.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) agora conta com uma política de ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Haverá uma reserva de, no mínimo, 30% do total das vagas para pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, ciganas, indígenas, trans (transexuais, transgêneros e travestis) e pessoas com deficiência. O documento foi aprovado na terça-feira (25) à tarde pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) e pode ser consultado no Boletim Oficial da UFPE nº 80 (UFPE, 2022).

Ser pós-graduado, com mestrado ou doutorado, adentrar no ensino superior e trabalhar no magistério federal trazem repercussões importantes e de médio e longo prazos para a vida das pessoas surdas, que enfrentam cotidianamente as adversidades comunicacionais, físicas e atitudinais. A literatura de Góes (1999) e de Goldfeld (1997) aborda a potência da convivência entre as pessoas com e sem deficiência em espaços educacionais, ressaltando aprendizagens e a tolerância pelas diferenças, colaborando com a abertura à diversidade humana.

O professor, neste caso, é peça chave na percepção de alteridade, do mesmo modo, o Surdo Professor no magistério federal, considerando o nível superior do sistema educacional como espaço reconhecido no imaginário social. Com o espaço alcançado no mundo do trabalho, embora ainda reduzido, há chances de demonstração de suas competências e qualidades, num processo mútuo de aprendizagem com discentes e comunidade universitária ouvintes, exigindo a construção de redes sociais que propiciem mais êxito para a construção de uma sociedade inclusiva e diversa. O trabalho dignifica o homem e permite-lhe apresentar suas principais potencialidades, ao mesmo tempo que é importante superar dimensões como a baixa remuneração, falta de condições de trabalho e pouca valorização do esforço envidado.

Como não poderia deixar de ser, a educação inclusiva também passa por transformações, avançando em fases e dimensões, e agora aponta para a inclusão escolar ampla, como é plenamente desejada por todos nós, porque não basta estarmos juntos, é necessário avançar no processo de conscientização do projeto societal inclusivo, fortalecendo práticas sociais inclusivas.

Como não poderia deixar de ser, a educação escolar inclusiva também passa por importantes transformações, evoluindo em fases que levarão, assim esperamos, à implementação da inclusão escolar plenamente desejada, pois não basta estarmos juntos, é preciso que se alcancem as consciências e se desenvolvam consistentemente as práticas sociais inclusivas.

O surdo e o Surdo Professor ainda não têm voz nas políticas que são propostas por governos e pelo Estado. Ao estudar a história da educação de surdos com autores e pesquisadores tais como Lacerda (2010), Quadros (1997), Roma (2012), dentre outros, percebe-

se que a maior parte das políticas desenvolvidas foi proposta por ouvintes. O principal “usuário” da política é alijado das decisões no que se refere à formulação, implantação e avaliação, inclusive em relação à sua continuidade, ajustes e terminalidade. As políticas públicas parecem distantes daqueles que poderiam apresentar com refino as circunstâncias de suas vivências e de seus pares.

O engajamento nas lutas por uma sociedade mais justa é condição *sine qua non* para as transformações sociais almejadas, com voz, voto, participação e controle social. Em um universo de mais de 10 milhões de pessoas com deficiência auditiva, segundo o novo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE do ano de 2020, caracterizada pelo não domínio de Libras na sociedade brasileira, pode se perguntar: como efetivamente a cidadania surda participa dos rumos das políticas de inclusão, em especial no ensino superior?

Como versa a caminhada do Surdo Professor no cotidiano do seu trabalho, na relação com a comunidade escolar/universitária e nos objetivos que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem? A ênfase oralista, a baixa apropriação do universo surdo e do uso da Libras, de modo geral, exigem da comunidade acadêmica (re)leituras das políticas vigentes, em prol do processo de inclusão? Quais textos (no sentido de normas) são necessários para atender ao contexto inclusivo? Os estudantes têm demandas para o suporte pedagógico em relação aos surdos professores, quais e como tratá-las?

A partir destas indagações, resultado dos estudos e pesquisas e também fundamentado nas minhas experiências e vivências como Surdo Professor, professor inserido na educação superior em cursos de licenciaturas, que também milita no Centro de Educação e outros espaços para garantir mais intérpretes, com proposição de cursos novos voltados à formação de trabalhadores para atender as demandas da inclusão, o presente projeto de pesquisa, demarcado o cenário não bilíngue, se insere no contexto mais amplo das experiências de ensino-aprendizagem e das práticas comunicativas e inter-relacionais entre surdos professores e estudantes ouvintes.

Para isso, apresentamos, também, uma vez que se faz relevante academicamente, um breve panorama pessoal da motivação da escolha do objeto desta pesquisa. Trata-se de introduzir informações sobre a minha experiência a título de elucidar as motivações que me levaram à realização deste trabalho, autor-surdo, com vivência concreta em Educação de Surdos, que tem como primeira língua a Língua Brasileira de Sinais, e o português como segundo-língua escrita, ainda em processo de apropriação-domínio. Este autor, tempos atrás, não tinha muita expectativa de futuro, e não se imaginava, professor, não se sabia capaz de atuar na docência, uma vez que pensava, como ainda pensa hoje, como iria ensinar se tem tanto ainda

para aprender. Creio que é por isso que hoje estou aqui, na dúvida e no engajamento, na vontade de ser professor-surdo, e assim, com essa pesquisa, compreender melhor a mim e todas e todos aqueles professores-surdos que atuam na docência.

Um pouco depois de formado em Letras Libras, fui-me fazendo na prática e nas relações socioeducacionais e culturais como professor de Libras, recurso imprescindível à minha sobrevivência. Frente às demandas de (auto) aprendizagem e trocas culturais da comunidade surda na Associação de Surdos de Natal, um trabalho inicialmente de luta por melhorias na comunidade surda, passei a me envolver na vida política da Associação, e assim se abriram determinados horizontes para situar o espaço dos surdos ante a sociedade, a cultura e a economia. Desta forma, creio que se consolidou um primeiro movimento para contextualizar a comunidade surda em relação às questões políticas que demarcam a inclusão social (Strobel, 2007). Além de lutar por melhorias, procurei estar sempre presente como líder em manifestações do movimento dos surdos, seja em campanha ou formação de professores e instrutores surdos.

O Decreto nº 5.626 (Brasil, 2002) estabelece a exigência do professor de Libras, o que tem implicações para a criação da oferta da disciplina de Libras nas universidades de forma obrigatória. Meu trabalho no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, *campus* Recife, como professor de Libras desde em 2016, quando ali ingressei, voltou-se para as disciplinas de Libras e seus fundamentos sociais, assim como lecionei em outros cursos. A partir de então, comecei a aprimorar a minha metodologia de trabalho em sala de aula como Surdo Professor e ensino tendo como foco principal dar maior visibilidade à Libras tanto em sala de aula como em espaços não escolares, disseminando cada vez mais os conceitos e explicando acerca da comunidade surda, exaltando a importância desses alunos estarem aprendendo uma nova língua, a Libras. Em sala de aula, as aulas práticas ministradas são sempre em Língua de Sinais, porém quando é necessário abarcar a teoria da Libras, fazendo-se necessária a presença do intérprete de Libras ou não, a depender da metodologia do Surdo Professor em sala de aula.

Preconizando que a comunidade surda é uma comunidade aberta para toda a sociedade e o público nas universidades voltados prioritariamente ao ensino da língua, o aluno-ouvinte aprende a Libras através do professor de Libras e depois esse profissional pode buscar aprimorar esse conhecimento. É importante lembrar que, após formado, este pode encontrar-se em uma sala de aula da Educação Inclusiva com alunos surdos ou em uma sala de aula da Educação Bilíngue de Surdos, porém, vai depender de como esse aluno aprendeu a Libras na graduação.

A partir desta introdução, apresentamos a seguir os objetivos da pesquisa, cujo **objetivo geral** é analisar as contribuições das políticas para a educação inclusiva no contexto da UFPE a partir da visão ou concepção do professor surdo. Os **objetivos específicos** são:

1. Caracterizar as políticas institucionais para a educação inclusiva da UFPE;
2. Caracterizar as experiências dos surdos professores e professoras surdas na UFPE diante das políticas institucionais para a educação inclusiva;
3. Analisar as políticas instituídas da UFPE para a inclusão dos e dos surdos/as professores/as.

Na próxima seção, apresentamos as referências teórico-conceituais que fundamentam o desenvolvimento e a análise da pesquisa.

2 ESTUDOS SURDOS: CULTURA E IDENTIDADES SURDAS

Na presente seção, estão discussões referentes às (inter)disciplinas teóricas que fazem parte de nossa pesquisa, a saber: os “Estudos Surdos”, que compreendem a pessoa surda enquanto sujeito cultural pautado pela diferença; os embates teóricos em torno das “identidades” na perspectiva dos Estudos Culturais, e as Políticas Linguísticas construídas para a compreensão e o atendimento das demandas da comunidade surda.

2.1 O sujeito surdo: o debate sobre sua cultura e identidade

Os Estudos Surdos vêm se constituindo como um espaço interdisciplinar de luta e posicionamento político-epistemológico da cultura surda, fundamentado em conceitos pilares tais como diferença e alteridade. Nessa perspectiva, de acordo com Lopes e Thomas (2018, p. 23), essa área de pesquisa fortaleceu “a ideia dos surdos como usuários de uma língua e membros de uma cultura minoritária, o que vinha sendo afirmado desde os anos de 1960 em razão dos estudos linguísticos desenvolvidos por William Stokoe”. O reconhecimento cultural do sujeito surdo a partir da diferença, portanto, rechaça a ideia modernista de um padrão de normalidade estabelecido na dicotomia ouvinte e surdo.

Segundo Lopes (2017), o *Deaf Studies* (vertido como *Estudos Surdos*) tem seu início nos Estados Unidos, na década de 1970, defendendo a ideia de que as vivências culturais e linguísticas dos surdos precisam ocupar o centro de valor das discussões para que esses sujeitos possam visualizar as possibilidades de construção de um futuro melhor. A autora prossegue afirmando que, no contexto brasileiro, os Estudos Surdos têm sido descritos como programa de pesquisa no campo da educação, com atravessamentos significativos pelas linhas investigativas inscritas nos Estudos Culturais. Tal aproximação com os Estudos Culturais possibilita colocar em relevo

[...] as descobertas, os valores e mitos culturais surdos. Eles narram e celebram as criações e produções na forma do agir cultural. Assim se permite descrever de outro jeito as nossas posições, nossos procedimentos, nossos empenhos culturais como surdos. Isto, de tal forma que quando atuamos na educação dos surdos na forma como vai se constituindo, na forma como vai desenrolando, motivando a consciência e favorecendo a diferença cultural (Perlin; Strobel, 2009, p. 28).

No entanto, Lopes (2017) identificou, nesse cenário, que ocorreram articulações com outras linhas de pesquisa, reforçando o caráter indisciplinar, de fronteiras porosas, que busca atender às demandas da comunidade surda.

Perlin e Strobel (2009, p. 26) sustentam que os Estudos Surdos, em diálogo com os Estudos Culturais, “invertem aquilo que a teoria moderna denomina como deficientes, e a teoria crítica enfatiza como sendo espaço das posições dominantes e o surdo fica em posição de indivíduo inferior”. Desse modo, o discurso construído com e pelos sujeitos surdos afirmam a existência de uma cultura dos diferentes jeitos de ser e estar sendo surdos (Perlin, 2003).

Os Estudos Surdos, prossegue Perlin (2003), fornece as bases epistemológicas para o entendimento do sujeito surdo a partir da relação com a alteridade (eu e o outro) e a diferença. Assim, possibilita-se o acesso aos (des)encontros da cultura e das identidades surdas, ou seja, aos “vales sagrados para a diferença surda” (Perlin, 2003, p. 42). Para tanto, é preciso que os estereótipos a respeito do corpo surdo, entendido como defeituoso, sejam rechaçados:

A sociedade não conhece nada sobre povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, “que pena”, ou lida como se tivessem “uma doença contagiosa” ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento (Strobel, 2007, p. 21).

O discurso reparador do “ouvintista” impõe um modo de existir na sociedade que não considera a língua de sinais e a cultura surda. Desse modo, o movimento de normalização e educação das pessoas surdas fortalecia o “disfarce” da surdez e a identidade ouvinte como a única esperança para evitar o sofrimento de estar localizado à margem.

Então, se um sujeito surdo se sobressai e excepcionalmente aprendeu a falar e a ler os lábios, isto faz muita diferença na representação social. De fato, quanto mais insistem em colocar “máscaras” nas suas identidades e quanto mais manifestações de que para os surdos é importante falar para serem aceitos na sociedade, mais eles ficam nas próprias sombras, com medos, angústias e ansiedades. As opressões das práticas ouvintistas são comuns na história passada e presente para o povo surdo (Strobel, 2007, p. 21).

Vale ressaltar que, por vezes, os surdos negam a língua de sinais e sua identificação enquanto pessoa surda pelo desconhecimento acerca do que significa identidade, cultura e empoderamento (Rosa, 2012). Daí a importância de os surdos terem a possibilidade de circularem com outros surdos, apreciando a comunicação para além de processos terapêuticos

e descobrindo as travessias entre as diferentes culturas e identidades. Nessa perspectiva, os Estudos Surdos, na contemporaneidade, advogam que não existe uma cultura única (que seria a do ouvinte), assim como uma identidade fixa, visto que o sujeito surdo está circulando e em relação com seus outros (ouvinte e surdos) num processo permanente de (re)construção identitária. Sobre essa última questão, Rosa (2012, p. 22) reforça que “não há identidade pura, única, como se somente houvesse uma única maneira de viver do surdo. Podemos definir identidade, mas não podemos expô-la como caso entendido e encerrado”.

Dessa maneira, na convivência com os movimentos surdos, especialmente na relação surdo-surdo, as representações históricas, sociais e visuais vão sendo ampliadas e atualizadas. Dito isso, partimos do entendimento de que povo surdo, em consonância com Strobel (2007), tem a cultura surda construída por meio do mundo visual.

Nessa posição de sermos surdos e nossas criações culturais propõem os sujeitos surdos como construtores de um jeito de ser, uma cultura distinta, um povo que se identifica e identifica seus membros totêmicos. Construir o sujeito surdo no espaço cultural se afigura como uma forma de nos mantermos como sujeitos e melhor nos beneficiar nas mudanças dos espaços contemporâneos (Perlin; Reis, 2012, p. 33).

Portanto, a surdez é uma construção, ser surdo emerge da construção de cultura, identidade e ser social. Ademais,

O outro irrompe, e nessa irrupção, nossa mesmice vê-se desamparada, destituída de sua corporalidade homogênea, de seu egoísmo; e, ainda que busque desesperadamente as máscaras com as quais inventou a si mesma e com as quais inventou o outro, o acontecimento da irrupção deixa esse corpo em carne viva, torna-o humano. O outro volta e nos devolve nossa alteridade, nosso próprio ser outro; é o tornar-se outro (Skliar, 2003, p. 44).

Perlin e Reis (2012, p. 39) dissertam que se refere a quando o surdo “se afirma como diferente, como construtor e como consumidor de uma cultura da qual se orgulha igualmente”. Diante de tais discussões, o povo surdo procura entender mais sobre o direito à diferença cultural:

Se vocês nos perguntarem aqui: o que é ser surdo? Nós simplesmente citaremos a diferença. Ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência na perspectiva de um mundo totalmente visual em companhia de um público leitor, de surdos por excelência. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, na política, no contemporâneo como surdo, no conhecimento

científico e acadêmico. A cultura surda comporta as criações dos surdos como a língua de sinais, a pedagogia surda (jeito surdo de ensinar e aprender), as artes surdas, a história cultural, a identidade, a vida e as experiências surdas (Perlin; Reis, 2012, p. 40).

Podemos afirmar que o principal artefato cultural e identitário das comunidades surdas é a língua de sinais. Por isso, a questão da educação bilíngue de surdos, atravessada pelo direito linguístico, tem se tornado ponto central para o movimento surdo, pois, assim, o aluno surdo tenha, em seu processo de escolarização, a língua de sinais como língua de instrução e a língua oficial/majoritária do país, enquanto segunda língua na modalidade escrita. É interessante notar que, de acordo com Quadros (2005), a diferença de modalidade (visual-espacial e oral-auditiva) faz com que os surdos não sejam reconhecidos como bilíngues.

Por isso, a autora sugere que é preciso considerar alguns aspectos para se pensar o bilinguismo na educação de surdos:

- 1) A modalidade das línguas: visual-espacial e oral-auditiva;
- 2) Surdos de filhos pais ouvintes: os pais não conhecem a língua de sinais brasileira;
- 3) O contexto de aquisição da língua de sinais: um contexto atípico, uma vez que a língua é adquirida tardiamente, mas, mesmo assim tem *status* de L1 – L1 é a primeira língua do surdo, a Libras;
- 4) A língua portuguesa representa uma ameaça para os surdos;
- 5) A idealização institucional do *status* bilíngue para os surdos: as políticas públicas determinam que os surdos “devem” aprender português;
- 6) Os surdos querem aprender na língua de sinais;
- 7) Revisão do *status* do português pelos próprios surdos: reconstrução de um significado social a partir dos próprios surdos (Quadros, 2005, p. 29).

Em face do exposto, observamos que a educação bilíngue de surdos está atravessada pelos aspectos identitários, culturais e políticos que subvertem o discurso padronizador de que o Brasil é um país monolíngue (Quadros, 2005). Nesse contexto, a área epistemológica dos Estudos Surdos fortalece o movimento político da comunidade surda em oposição às representações dominantes estabelecidas pelos ouvintes. A cultura e as identidades surdas constituem esse campo do conhecimento, posto que, segundo Perlin (2003), aproxima-se da vida surda enquanto enunciado cultural.

A agência cultural que os Estudos Culturais remetem para os Estudos Surdos é a possibilidade de acesso às múltiplas experiências culturais do ser surdo e que remete para aquela zona de instabilidade onde se sobressaem os surdos que são ativistas políticos que acompanham o povo surdo (Perlin, 2003, p. 42).

A seguir apresentamos, no quadro abaixo, uma breve sistematização da discussão teórico-conceitual.

Quadro 2 - Sistematização da fundamentação teórica

ÁREA(S)	OBJETO DE PESQUISA	ENTRELAÇAMENTOS COM A PESQUISA
Estudos Surdos	O sujeito Surdo e sua diferença cultural	A partir dessa abordagem teórica temos como centro de nossas discussões o sujeito surdo cultural e não o surdo patológico.
Estudos sobre identidade	Os processos de construção das identidades surdas	A compreensão dos processos identitários nos possibilitou adentrar nas especificidades da constituição do ser docente surdo no ensino superior.
Políticas Linguísticas para comunidade surda no ensino superior	Língua de Sinais como L1 e Português escrito como L2	O entendimento das políticas linguísticas voltadas para as comunidades surdas revela suas inter-relações com os direitos humanos e os direitos fundamentais. Tais discussões, portanto, estão situadas para além da questão da acessibilidade e da inclusão.

Tais discussões são imprescindíveis para a compreensão das questões que permeiam a presente pesquisa, assim como para delimitar a relevância de que a pessoa surda não pode ser definida como um corpo que não fala; na verdade, o conceito de cultura surda fundada ou potencializada pela Língua Brasileira de Sinais coloca a questão no patamar diferenciado, no qual a diferença e a alteridade são pilares.

Tais questões são importantíssimas para esse trabalho no sentido da compreensão ampla e profunda da comunidade surda, assim como para problematizar os princípios, políticas públicas e dispositivos que abraçam as garantias dos direitos humanos dos sujeitos surdos nas diversas esferas de suas vidas, especialmente, no que diz respeito à educação de qualidade e à formação docente. Em razão disso, na próxima seção, tratamos das políticas linguísticas e a formação do Surdo Professor.

2.2 Política educacional e linguística na/para a formação do Surdo Professor

As políticas educacionais e linguísticas constituem-se importantes caminhos para que sejam assegurados os direitos linguísticos das comunidades surdas. De acordo com Lima (2018, p. 52),

quando se discute a política educacional se atenta às ações pedagógicas e estruturas promovidas na Educação dos e para os Surdos e a política linguística se volta na formação, ensino e uso de língua em uma perspectiva bilíngue/pedagogia Surda.

No Brasil, a implementação de propostas e projetos no âmbito da educação de surdos foi ampliada a partir da Lei nº 10.436/2002 (Brasil, 2002) que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras. Tal documento jurídico estabeleceu ainda a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de Licenciatura, Educação Especial e Fonoaudiologia, assim como passou a integrar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme já anunciamos acima.

Outro documento importante que orienta a política de inclusão é o Decreto nº 5.626/2005 que regulamentou a Lei da Libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098/2000. Destacamos, abaixo, algumas dimensões e conteúdo que consideramos importantes no que tange à formação de e para surdos professores e surdas professoras.

O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), no seu Capítulo III, intitulado *Da formação do professor de Libras e do instrutor de Libras*, estabelece, no artigo 4º, que

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Acrescenta, em seu Parágrafo Único, que “as pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no *caput*”. Trata-se, não resta a menor dúvida, de política indutiva para a formação de professor/a surdo/a, uma vez que oferece *prioridade* sobre os demais grupos, minoritários ou não, para a formação docente da pessoa surda, no caso aqui em destaque.

O artigo 5º do mesmo Decreto determina que, *in verbs*,

a formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

A formação bilíngue é claramente reconhecida e estimulada neste e em outros dispositivos normativos, representando um passo importante na constituição do campo de atuação profissional docente surdo. É importante, também, dizer que o curso de Pedagogia é uma arena importante do processo de formação docente, em face da perspectiva interdisciplinar e de prática, voltando-se a explicitar, aqui, que se destina à educação infantil e aos anos iniciais

do Ensino Fundamental, o que constitui o caminho adequado e recomendado para a formação bilíngue.

De forma a constituir a Universidade o território importantíssimo para o processo de formação da pessoa surda, e não apenas do docente surdo, o artigo 10 estabelece que

As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Rigorosamente falando, é a Universidade, conforme estabelece a Constituição Federal no seu artigo 207 (Brasil, 1988), a instituição de educação superior responsável pela realização de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável. Assim, o artigo 10 do Decreto em análise eleva o desafio em relação ao uso da Libras, que passa a constituir, além de importante veículo de formação e comunicação da comunidade surda, parte constituinte da cultura surda, como já destacamos, também campo de pesquisa e ações de extensão, dando desta forma, plena significação como espaço de atuação de todos e todas que tenham interesse na investigação científica. Destaca-se que as instituições não-universitárias, faculdades isoladas e centros universitários, atuam predominantemente no ensino.

Esse entendimento é reforçado e, podemos dizer, potencializado, pelo artigo 12 do referido decreto, que indica a necessidade de serem viabilizados “cursos de pós-graduação para cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação”, principalmente nas instituições de educação superior “que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras”. Desta forma, é o que nos parece, a Universidade vai se constituindo em território importante para a formação e a pesquisa de Libras e temas afins. Por isso, cabe ao Ministério de Educação, conforme estabelece o artigo 11, promover iniciativas para a criação de cursos de graduação:

- I. para formação de surdos professores e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;
- II. de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;
- III. de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Chamamos a atenção que é necessário retomar com a brevidade necessária tais ações, em articulação com as universidades públicas, tendo em vista que no governo Bolsonaro houve muito retrocesso em relação a essa pauta. A retomada do processo democrático, na conjuntura que culminou com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2022, forma um cenário político inspirador para que tais ações voltem a se concretizar.

Em perspectiva bilíngue, é estabelecido no artigo 13 que:

o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

O Decreto nº 5.626/2005 é continua sendo um referencial extremamente necessário para o campo de formação docente do Surdo Professor e da Surda Professora, e serviu, desde sua publicação, de base para a construção do curso de graduação em Letras-Libras no Brasil, que foi ofertado, pela primeira vez, em 2006, na modalidade a distância. O curso de Letras-Libras no âmbito da licenciatura visa atender à formação de docentes para a educação de surdos e, no de bacharelado, objetiva formar profissionais que atuam nas áreas de Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa.

Ressaltamos que, no artigo 5º, § 2º, é garantida às pessoas surdas prioridade nos cursos de Letras-Libras ou em Letras-Libras/Língua Portuguesa, assim como em curso de graduação em Pedagogia voltado para o ensino de Libras (Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais) em que a Libras e a Língua Portuguesa circulem enquanto língua de instrução. Um outro artigo, claramente voltado para o atendimento do acesso das pessoas surdas à educação, encontra-se no capítulo IV, cujo título é *Do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa*, com a seguinte redação:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (Brasil, 2005, art. 14).

Em face desses avanços no campo das políticas educacionais e linguísticas e com a ampliação do movimento surdo, ocorreu a emergência do interesse dos surdos para a profissionalização no magistério como forma de acompanhamento e contribuição para a escolarização das crianças surdas. Mais do que isso, o movimento busca a formação necessária

que o permita atuar como professores, oferecendo competência e tendo reconhecimento como profissionais.

Como forma de adentrarmos de modo mais próximo nessas discussões, referimo-nos à pesquisa de Miorando (2006), realizada em 2003, com dois acadêmicos surdos. A autora, ao analisar a vivência de André, acadêmico surdo de um curso de magistério, observou que

Ser professor vai além da busca de um curso Normal ou de licenciatura. André buscou pelo curso. Esse curso de Magistério não estava preparado para receber alunos surdos. E mais, mesmo que tivesse a discussão da inclusão durante o seu desenvolvimento, estava formando professores para a escola que os surdos justamente querem desconstruir por não estar voltada para a educação que seus pares desejavam (Miorando, 2006, p. 80).

A presença dos surdos na escola e nas universidades fortalece a luta pela construção da escola de e para os surdos – escolas bilíngues, visto que as suas experiências visuais, os artefatos culturais e identitários atravessam todo o processo pedagógico do Surdo Professor, desde o planejamento. Além disso, a persistência no processo de tornar-se Surdo Professor, construir estratégias diante das dificuldades e o contato surdo-surdo possibilitam a circulação do movimento surdo não apenas nas escolas, mas, igualmente, nos espaços de formação docente e na sociedade. A importante análise abaixo de Miorando ajuda a compreender a questão mais profundamente:

Quando Tati diz que o problema está em os dois serem surdos e que, por isso, deveriam encontrar, a partir de seus próprios esforços, recursos para vencer mais esse curso, o diz por estar muito mais forte sua lembrança de ter feito uma caminhada solitária durante sua escolarização, por não ter tido igual facilidade de comunicação com seus colegas nem ter trocado experiências durante as aulas como os ouvintes fizeram. O atual processo educacional, dentro do movimento na educação de surdos, quer que esses alunos possam sentir-se identificados junto de colegas que usem a mesma língua (Miorando, 2006, p. 83-84).

Miorando (2006) percebeu que o fazer didático-pedagógico do Surdo Professor, imbricado às suas vivências escolares, geralmente relacionadas a fracassos e traumas, faz com que o processo de reflexão e (re)avaliação de sua prática docente tornem-se mais constantes. Um outro aspecto interessante trata da diferença na aquisição da linguagem de crianças surdas orientadas por surdos professores e ouvintes.

Estar presente em suas aulas e poder ver como se estabelecia esse aprendizado em que a língua é o principal recurso para efetivar a memorização de automatismos, como o da linguagem, do que estava sendo estudado em aula, foi algo fascinante! Tati e André utilizavam uma língua de sinais que não é a

mesma que os professores ouvintes usam em sala de aula. Eles faziam o que os professores de Educação Infantil de ouvintes, por exemplo, fazem: ao compreender um balbúcio ou um gesto em que há um significado anterior ao significante usado oficialmente na língua de sinais divulgada em cursos próprios, buscavam, na sequência, então, trocá-lo por sinais oficiais da língua conhecida por surdos e ouvintes (Miorando, 2006, p. 90).

Este cenário bilíngue, com a presença de surdos professores, teve uma ampliação significativa a partir de 2006 com a oferta do curso de Letras Libras, na modalidade a distância, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com o apoio do Ministério da Educação (MEC). Não obstante, ressaltam Albres e Nascimento (2014), há de ser considerado que, se por um lado, a formação a distância oportunizou o alcance formativo, devido às dimensões de nosso país, por outro, muitas pessoas tiveram sua primeira formação nessa modalidade de ensino, o que influencia o modo como os acadêmicos construíram suas identidades docentes.

Daí a importância da experiência prática em sala de aula para que os surdos, em processo de formação ou formados, se apropriem do saber-fazer do trabalho didático e pedagógico. Conforme autores abaixo (2014),

professores de Libras, como é comum ao conjunto de professores de língua, também recorrem às suas experiências como alunos ou às suas relações com os seus pares (outros professores de Libras mais experientes) e constroem seus saberes de aplicação de ensino em práticas pouco orientadas. Para Tardif (2010), a diversidade do saber do professor refere-se ao saber-fazer pessoal, experiências e elementos da formação, envolvendo o próprio exercício do trabalho. Especialmente porque o espaço formativo e de reflexão é limitado, ele precisa se basear na própria experiência ou naquilo que seus pares acessíveis compartilham com ele. Os instrutores surdos de Libras têm grande dificuldade de romper com práticas tradicionais de ensino de língua e é no espaço da formação em serviço que, muitas vezes, se apropriam de modos diferentes de fazer (Santos; Gurgel, 2009 *apud* Albres; Nascimento, 2014, p. 33-34).

Como forma de adentrar de modo mais próximo na questão formativa, a autora compilou algumas experiências de cursos de formação de professores de línguas de sinais, em nível internacional, para entender os caminhos dos estudos formais da língua de sinais e os modos de construção das bases educacionais e pedagógicas do fazer docente.

Os cursos dos Estados Unidos e França preparam surdos e ouvintes para ensinar a língua de sinais e têm como critério o conhecimento da língua prévio à entrada no curso. Em Portugal, o curso na Universidade Católica Portuguesa

prioriza os candidatos surdos e falantes nativos de LGP² para que tenham um contato acadêmico com a sua língua materna. O Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Educação requer a conclusão do 12º ano (equivalente ao Ensino Médio) e um atestado médico que comprove a acuidade visual e a ausência de deficiência psíquica ou motora que interfira com a capacidade funcional. Em nosso país, nas duas primeiras turmas, se requeria a formação completa em ensino médio e dava-se preferência aos alunos surdos. O processo de seleção, uma prova de vestibular exclusivamente em Libras, fez com que grande parte dos alunos em todos os polos se compusesse por alunos surdos (Albres; Nascimento, 2014, p. 39).

Todavia, a de se pensar nas especificidades desse grupo social que, antes de entrar no ensino superior, carrega consigo experiências linguísticas e escolares singulares. A título de exemplo, podemos citar: atrasos no processo de aquisição da linguagem; ensino e aprendizagem direto em segunda língua (como se fossem nativos); a escolarização monolíngue (sem a presença da Libras) etc. Por isso, de acordo com Albres e Nascimento (2014), existe a possibilidade de os surdos tonarem-se instrutores e, posteriormente, professores de Libras para, assim,

[...] de um lado, qualificar os surdos como professores, desenvolvendo um status, valor social e etc., mas dada a formação precária na educação básica – ensino fundamental e médio – exigir formação em nível superior poderia se configurar num obstáculo excessivo – assim, ao mesmo tempo em que se defende a formação em nível superior para professores (em geral) se defende formação mínima em ensino médio para surdos ou ainda apenas o ensino fundamental – instrutores de Libras – como forma de dar acesso a eles aos cursos de formação como formadores (Albres; Nascimento, 2014, p. 56).

Observamos que, apesar de o sujeito surdo e a valorização da Libras estejam como centro de valor das políticas de educação bilíngue de surdos, que envolve a formação docente, o movimento das comunidades surdas continua trabalhando para apresentar propostas que possibilitem a implementação dessas políticas. Podemos mencionar, como exemplo recente, a criação de um grupo de trabalho (GT) formado por lideranças surdas brasileiras, em 2017, instituído no Seminário Nacional do Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais (Ministério da Cultura (IPHAN), Instituto de Políticas Linguísticas (IPOL) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)). Enquanto resultado dessa articulação emergiram propostas de intervenção no âmbito acadêmico, educacional, social e governamental considerando as seguintes questões:

² LGP é a Língua Gestual Portuguesa, ou seja, a língua de sinais de Portugal.

- 1) acesso comunicacional em Libras aos espaços públicos (por exemplo, hospitais órgãos governamentais, instituições educacionais) na Libras;
- 2) acesso à educação a partir da perspectiva surda, com entorno social, cultural e linguístico, que requer o agrupamento de surdos para a constituição das interações inerentes ao ensino e a aprendizagem em um ambiente linguístico no qual a Libras seja uma língua natural e compartilhada com seus pares;
- 3) acesso ao ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para os surdos;
- 4) formação de surdos professores para atuarem em diferentes áreas da educação;
- 5) formação de pedagogos bilíngues;
- 6) formação de professores de Libras garantindo a prioridade aos surdos na formação e na atuação profissional nos diferentes espaços educacionais;
- 7) Formação de profissionais tradutores e intérpretes surdos (Reis; Stumpf; Lima; Quadros, 2018, p. 6).

Notamos que as representações surdas têm demonstrado interesse crescente no que diz respeito, especificamente, à formação de surdos professores. Inclusive, Reis, Stumpf, Lima, Quadros (2018, p. 18) afirmam que a formação dos surdos deve

garantir o acesso das pessoas surdas em diferentes áreas de formação e implementar cursos de liderança aos surdos atuantes na comunidade surda no que tange a discussão acerca da política social mais especificamente sobre os direitos humanos vigentes.

Ainda diante desse contexto de lutas pelos direitos linguísticos dos surdos brasileiros, vale citar a publicação da Lei nº 14.191 de 03 de agosto de 2021 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. O Capítulo V – A, intitulado *Da Educação Bilíngue de Surdos*, define:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Brasil, 2021).

Esse documento orienta a elaboração de parcerias entre os sistemas de ensino com intuito de desenvolver programas de ensino e pesquisa com foco na oferta da educação bilíngue e intercultural de estudantes surdos. Percebemos que o âmbito da atuação de surdos professores desenrola-se de modo complexo com aspectos pedagógicos, de formação didática sólida e de apropriação do conhecimento acadêmico. Elaboramos nosso percurso metodológico de modo

que possamos adentrar na experiência de Surdo Professor no ensino superior, seus caminhos de construção identitárias, peculiaridades e a importância da visibilidade desse profissional e de seus modos de pensar a prática docente.

Sendo assim, endossamos que é no conviver e estar bem junto com o Surdo Professor, de forma a passar para ele a necessidade de comunicar-se em sua primeira língua, que podemos espelhar e enxergar o futuro da formação docente (surdos - surdos). A seguir, trago um pouco da minha trajetória como sujeito surdo até a entrada no ensino superior como professor efetivo da UFPE.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa é de base qualitativa coadunando com o caráter ambivalente e complexo próprio das investigações no campo da educação. Nas últimas décadas, inclusive, as abordagens qualitativas vêm favorecendo outros caminhos e entendimentos metodológicos que contemplem, de modo mais próximo, a realidade concreta do objeto de pesquisa. Segundo Ghedin e Franco (2011, p. 58-59),

em termos de pressupostos teóricos, a abordagem qualitativa carrega em suas raízes os estudos das correntes filosóficas da fenomenologia e do marxismo, pautadas no desafio de trazer para o plano do conhecimento, da ciência, a dialética da realidade.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa também tem fundamento na perspectiva construtivista. Desse modo, os sujeitos sociais passam a ocupar o centro de valor da pesquisa incorporando à ciência alternativas de respostas (in)acabadas e provisórias, num processo contínuo de produção de conhecimento, uma vez que, neste trabalho, o Surdo Professor entrevista outros surdos professores, portanto, é um contexto de atuação no qual o pesquisador também faz parte.

Assim, novos entendimentos podem ser incorporados à epistemologia educacional oportunizando que o(a) pesquisador(a) observe as práticas educacionais considerando a historicidade, singularidade e contingência dos sujeitos que as constituem. A título de exemplo, podemos citar a possibilidade de olhar para o professor de outro modo, construindo uma relação genuína com os participantes da pesquisa e suas atuações pedagógicas.

O professor vem à cena. Sua pessoa, sua fala, sua interpretação do vivido, suas representações, seu olhar, a dimensão de suas necessidades e expectativas trazem novo panorama: o professor como pessoa, como profissional, como construtor de inteligibilidade, como ser reflexivo, como alguém que pensa, decide, se angustia (Ghedin; Franco, 2011, p. 60).

Diante disso, torna-se possível adentrarmos nos diversos elementos que fazem parte da formação do professor e da elaboração de respostas que provoquem a reflexão e transformação da prática docente numa orientação formativa-emancipatória (Ghedin; Franco, 2011). E, além disso, dar o retorno exequível às problemáticas ao campo educacional. Nesse ínterim, para alcançarmos maior inteligibilidade a respeito de nosso objeto de estudo, utilizaremos como método de pesquisa o Estudo de Caso.

Yin (2015) apresenta a definição de estudo de caso em duas partes:

1. O estudo de caso é uma investigação empírica que:
 - Investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando
 - Os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes [...]
2. A investigação do estudo de caso
 - Enfrenta a situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado
 - Conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado
 - Beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados (Yin, 2015, p. 17-18).

Como podemos notar, o estudo de caso caracteriza-se como um método que considera o contexto social, do caso em foco, para conseguir entender com profundidade o fenômeno, relativamente limitado, imerso na realidade. Vale ressaltar o interesse em atender às demandas do objeto de pesquisa permitindo a utilização de diversas técnicas de coleta de dados e o atravessamento de diferentes orientações teóricas.

Desse modo, torna-se possível conhecermos questões relacionadas ao “como” e “por que” de determinados fenômenos pouco conhecidos ou explorados. Para tanto, segundo Peres e Santos (2005 *apud* André, 2013, p. 97), é preciso dar importância a três pressupostos elementares no momento de utilizar o estudo de caso qualitativo:

- (1) Conhecimento está em constante processo de construção;
- (2) O caso envolve uma multiplicidade de dimensões;
- (3) A realidade pode ser compreendida sob diversas óticas.

Isto significa que o perfil do pesquisador deve ser flexível, capaz de ajustar suas lentes teóricas e metodológicas em diferentes perspectivas, e ter a preocupação da construção de argumentos com embasamento teórico sólido – o que implica numa revisão bibliográfica aprofundada e minuciosa. Esse tipo de conhecimento, requerido pelo objeto de estudos, constitui-se por método rigoroso que exige cautela no modo de fazer sistemático, epistemologicamente fundamentado e passível de replicação. No que tange aos estudos de caso na área da educação, André (2013) afirma que

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias

especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (André, 2013, p. 97).

Portanto, o estudo de caso qualitativo está implicado com as experiências dos sujeitos sociais e seus artefatos culturais, historicamente situados, levando em conta os contextos educacionais em suas múltiplas dimensões construídas nas práticas cotidianas. De acordo com André (2013), uma pesquisa de estudos de caso possui três importantes fases norteadoras:

- (1) fase exploratória ou de definição dos focos de estudo;
- (2) fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e
- (3) fase de análise sistemática dos dados.

Nossa pesquisa toma as três indicadas como orientação metodológica para a sua realização.

Na fase exploratória ou de definição dos focos de estudo, concentramos na elaboração das questões de pesquisa, fazendo, primeiramente, o levantamento do estado da arte sobre a temática estudada.

Por meio do Google Acadêmico e do Banco de Dissertações e Teses da Capes, empreendemos uma pesquisa utilizando como “tópicos-chave” para a busca as seguintes entradas: “professor surdo” e “professor surdo no ensino superior”. Depois, verificamos as produções já existentes (ou não), e nessa perspectiva, e as possíveis lacunas.

Feito isso, concebemos a problemática de pesquisa que pode “ter origem na literatura relacionada ao tema, ou pode ser uma indagação decorrente da prática profissional do pesquisador, ou pode ser continuidade de pesquisas anteriores” (André, 2013, p. 98). Em nosso caso, o pesquisador, Surdo Professor, diante de sua prática profissional na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ministrando a disciplina de Libras, observou pontos críticos entre as políticas de inclusão da instituição e sua experiência prática.

Na fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo foram estabelecidos os contornos da pesquisa; definimos os instrumentos da coleta de dados, dentre os quais se destacam: a entrevista semiestruturada, a observação e a análise de documentos institucionais. Isso demanda, coerentemente, a análise de documentos.

Segundo André (2013), faz-se imprescindível que o pesquisador defina os critérios de seleção e análise dos documentos e, igualmente, esteja alerta para as informações que podem emergir na coleta de dados. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 174), a pesquisa documental trata

de construir os dados por meio de documentos (escritos ou não) entendidos como fontes primárias, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3 - Pesquisa Documental

PESQUISA DOCUMENTAL				
	ESCRITOS		OUTROS	
	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS	PRIMÁRIOS	SECUNDÁRIOS
	Compilados na ocasião pelo autor	Transcritos de fontes primárias contemporâneas	Feitos pelo autor	Feitos por outros
Contemporâneos	Exemplos - Documentos de arquivos públicos - Publicações parlamentares e administrativas - Estatísticas (censos) - Documentos de arquivos privados - Cartas - Contratos	Exemplos - Relatórios de pesquisa baseados em trabalho de campo de auxiliares - Estudo histórico recorrendo aos documentos originais - Pesquisa estatística baseada em dados do recenseamento - Pesquisa usando a correspondência de outras pessoas	Exemplos - Fotografias - Gravações em fita magnética - Filmes - Gráficos - Mapas - Outras ilustrações	Exemplos - Material cartográfico - Filmes comerciais - Rádio - Cinema - Televisão
Retrospectivos	Compilados após o acontecimento pelo autor	Transcritos de fontes primárias retrospectivas	Analizados pelo autor	Feito por outros
	Exemplos - Diários - Autobiografias - Relato de visitas a instituições - Relatos de viagens	Exemplos - Pesquisa recorrendo a diários ou autobiografias	Exemplos - Objetos - Gravuras - Pinturas - Desenhos - Fotografias - Canções Folclóricas - Vestuário - Folclore	Exemplos - Filmes comerciais - Rádio - Cinema - Televisão

Fonte: Lakatos e Marconi (2003).

Diante do universo da pesquisa documental, com base do quadro acima, observamos a importância de ressaltar que a fonte dos documentos é primária, isto é, que não foram sistematizados ou receberam quaisquer tratamentos analíticos. Assim,

a pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. Ela pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador “mergulhe” no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere, seja

na área da educação, saúde, ciências exatas e biológicas ou humanas (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 244).

Nessa perspectiva, a análise de documentos pode auxiliar na construção de respostas às problemáticas que constituem a pesquisa sendo, por conseguinte, “muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação de dados” (André, 2013, p. 100). Isto posto, vale ressaltar que a escolha dos documentos que farão parte da investigação dependerá das necessidades do objeto de pesquisa. Para tanto, é preciso que o pesquisador compreenda o conceito de documento que, “... assume o sentido de prova-instrumento escrito que, por direito, faz fé daquilo que atesta; para servir de registro, prova ou comprovação de fatos ou acontecimentos” (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 244).

Além disso, é necessária a estruturação do *corpus* da pesquisa delimitando os tipos e as amostras representativas dos documentos que serão investigados. À vista disso, no momento da seleção dos documentos,

o pesquisador não pode manter o foco apenas no conteúdo, mas deve considerar o contexto, a utilização e a função dos documentos, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo. A escolha dos documentos consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 244).

A partir das discussões sobre a análise de documentos e com o propósito de responder aos objetivos de nossa pesquisa, elegemos os documentos institucionais da UFPE que estão voltados para a inclusão, sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 4 - Documentos Institucionais da UFPE relacionados ao Tema da Inclusão

DOCUMENTOS	OBJETIVOS
PEI/2013	O Planejamento Estratégico Institucional (PEI) de uma instituição tem como objetivo identificar sua visão e missão, e propor tópicos estratégicos alinhados à sua missão.
Portaria nº 04/2016	Instituir o Núcleo de Acessibilidade

Resolução nº 11/2019	Dispõe sobre o atendimento em acessibilidade e inclusão educacional na Universidade Federal de Pernambuco.
Portaria Normativa nº 40/2020	Aprova a estrutura regimental do gabinete do reitor, e dá outras providências - como por exemplo a criação do comitê de ações afirmativas.
Resolução nº 17/2021	Institui política de ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu da Universidade Federal de Pernambuco.

Na fase de análise sistemática dos dados, procuramos realizar a sistematização dos documentos institucionais inclusivos da UFPE, atrelando-os à análise das entrevistas efetivadas com os surdos professores da UFPE, apontando pontos fortes e frágeis, especialmente, aqueles concernentes ao sujeito surdo, estudantes e técnicos(as).

Após, empreendermos o cotejamento entre as políticas e a análise das entrevistas, trazemos também parte da experiência e vivência do pesquisador surdo e a nossa fundamentação teórica. Tais registros foram concebidos em português como segunda língua para surdos e foi adaptado para o português formal em sua modalidade formal. Posteriormente, com as leituras e a identificação dos pontos relevantes para a investigação, iniciamos a construção das nossas categorias de pesquisa, conscientes de que

a categorização por si só não esgota a análise. É preciso que o pesquisador vá além, ultrapasse a mera descrição, buscando realmente acrescentar algo ao que já se conhece sobre o assunto. Para isso terá que recorrer aos fundamentos teóricos do estudo e às pesquisas correlacionadas, estabelecer conexões e relações que lhe permitam apontar as descobertas, os achados do estudo (André, 2013, p. 101).

Por fim, feita a categorização, fazemos a interpretação crítica do material levantado por meio de um olhar implicado e sócio-histórico do pesquisador com o objetivo de construir respostas possíveis para as problemáticas da pesquisa.

Nossa análise, dessa maneira, está voltada para evidenciar as possíveis relações existentes entre os fenômenos estudados e outros fatores. Para tanto, assumimos que a interpretação dos dados está alicerçada na análise de conteúdo, particularmente de Bardin (1977), que permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação (Lakatos; Marconi, 2003, p. 223). Dito de outro modo, por meio de um conjunto de técnicas, empenhamos esforços em alcançar a significação profunda do texto, o que está por trás das palavras (Bardin, 1977).

Vale frisar que todas as fases da pesquisa estão atravessadas pelas lentes teóricas do pesquisador-Surdo-Professor no papel de intérprete das entrevistas:

O sujeito está, o tempo todo, diante do texto (na qualidade de fala e discurso do outro) e do contexto (na qualidade de realidade circundante), ao mesmo tempo em que se faz e é tocado pela dinâmica da realidade que se esforça por compreender. Na verdade, ele é parte dela tanto quanto ela passa a fazer parte de sua existência. É tocado pela realidade pesquisada do mesmo modo que pretende tocar nela para saber o que é. Ou ainda, se isso for possível, busca “tocar” com as mãos uma realidade preta de significados que não se revelam imediatamente diante de seu olhar, por mais atento que esteja (Ghedin; Franco, 2011, p. 171).

Isto posto, a dinâmica dialógica com a experiência alheia, situada em seu contexto sócio-histórico, possibilita a compreensão do outro em sua realidade. Assim, entendemos que a leitura crítica dos dados levantados, presentes nas entrevistas e documentos institucionais da UFPE, entremeadas pelo registro das vivências do pesquisador, oportuniza que possamos refletir sobre a concretização (ou não) de respostas às demandas dos surdos professores na conjuntura da educação superior.

3.1 Procedimento metodológico das entrevistas e suas traduções

No que concerne a tradução, foram traduzidas as entrevistas de modo literal da Libras para a Língua Portuguesa escrita. Foi necessário encontrar o Tradutor Intérprete de Libras ouvinte adequado para essa atividade, o profissional já deveria ter vivência acadêmica para que a tradução fosse realizada de forma coerente, após conversar com cinco profissionais de diferentes estados, encontramos a Tradutora para a pesquisa a qual levou cerca de três meses para finalizar o trabalho tradutório.

A preocupação era que as entrevistas mantenham ainda o olhar da narrativa da pessoa surda, mesmo que, ainda tenha passado por um processo de tradução por um Tradutor Intérprete de Libras ouvinte, esta entrevista não perca sua essência da cultura surda. Depois da tradução de todas as entrevistas foi necessário estudar esses arquivos e assisti-los diversas vezes junto com o texto traduzido para contextualizar a pesquisa.

3.2 Compreendendo os cenários

O território da sala de aula para o Surdo Professor nem sempre foi espaço para ele enquanto estudante e, muito menos, como professor. Por isso, nos deparamos com lacunas em locais que antes não eram pensados para essas pessoas com deficiência. Além disso, antes do Surdo Professor se tornar profissional ele percorre uma trajetória de vida pessoal dentro da sala

de aula, o que, muitas vezes, o desmotiva em continuar a subir degraus da escolarização. O que acontece muitas vezes com o aluno é, segundo Gaudiot (2010, p. 74),

Infelizmente, o aluno surdo está sujeito a várias maneiras de “perder” o assunto dado em sala de aula. Pelo fato dos alunos surdos receberem a maior parte das informações visualmente. Eles têm que dividir a atenção entre o professor, o intérprete, o quadro negro ou slide além de tomar notas e ler o assunto ao mesmo tempo.

Coadunando com o que já foi tratado quando abordamos os elementos integrantes dos *estudos surdos*, podemos perceber o avanço desses sujeitos mediante evolução de aparatos legais, como anteriormente supracitado sobre leis e o Decreto nº 5.626/05, que determinam a garantia do acesso aos surdos em espaços de sala de aula, conforme estabelece o artigo 22 do referido decreto³.

Não obstante, o desenho do cenário do aluno surdo que se torna Surdo Professor demonstra as possibilidades de mudanças importantes, que alçou voos maiores, superou obstáculos, e hoje em dia se vê no papel de professor, ocupa espaço na universidade como papel principal, sendo ele Surdo Professor.

As discussões sobre as políticas de acessibilidade da UFPE não podem parar, precisam estar sempre em palco de debates para que sejam sempre visibilizadas e apresentadas para os profissionais que fazem parte dessas políticas.

Para tanto, é relevante compreender como estão estruturadas as políticas de acessibilidade da UFPE tendo como ponto de partida o Núcleo de Acessibilidade, órgão responsável pela elaboração, execução e avaliação dessas políticas.

De forma muito abreviada, passemos aqui alguns elementos da história da UFPE. Fundada em 1941, em Recife, à época, contava com a Faculdade Direito do Recife, Escola de Engenharia de Pernambuco, Faculdade de Medicina do Recife, escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife.

De acordo com dados oficiais, a UFPE, até o ano de 2022, é constituída por mais de 47.422 integrantes – docentes, discentes e técnico-administrativos; compreende 13 Centros Acadêmicos distribuídos em três *campi* – Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru – 111 cursos

³ *In verbs*: O artigo 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005).

de graduação ofertados em 2022, 189 cursos de pós-graduação ofertados e um total de 32.496 alunos matriculados em 2022.

Nos três *campi* da UFPE contamos, atualmente, com oito (08) docentes surdos efetivos e 4 substitutos; mais especificamente, no Centro de Educação temos 4 surdos professores efetivos e 1 substituto.

Ao realizarmos uma leitura do Planejamento Estratégico Institucional da UFPE (2013-2027), notamos que a Visão de Futuro da universidade não apresenta, claramente, interesse e/ou possíveis estratégias para inclusão, embora aponte como fraqueza a questão da acessibilidade. No caso dos surdos, quando comentamos sobre o direito linguístico, ele vem atravessado pela acessibilidade e políticas inclusivas. É importante lembrar que o PEI se iniciou em 2013, ou seja, uma outra gestão estava à frente das políticas, sendo assim, necessário atualizar esse documento.

Desta forma, no que tange às atuais políticas institucionais voltadas para a inclusão na UFPE, surgiram as seguintes questões: Quais as contribuições das políticas institucionais da UFPE, no contexto da inclusão, para promover a visibilidade do Surdo Professor? Por que é importante identificar, documentalmente, as principais políticas instituídas pela UFPE que contemplam a inclusão de surdos? Por que é importante conhecer a trajetória de vida e formativa de um Surdo Professor da UFPE para a elaboração e implementação das políticas inclusivas na instituição? Como a realização do cotejo dialógico das experiências de ser docente surdo na UFPE com as políticas inclusivas institucionais pode demonstrar se tais documentos atendem (ou não) às demandas singulares dos surdos professores?

3.3 Caracterizando os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos escolhidos para participar dessa pesquisa foram identificados após o levantamento das fontes documentais existentes na instituição, para que com eles pudéssemos realizar nossa entrevista semiestruturada, o que nos possibilitou construir o perfil dos participantes. Foram entrevistados cinco surdos professores que fazem parte do quadro efetivo da Universidade Federal de Pernambuco e que atuam em disciplinas diversas na instituição.

Além disso, descrevemos o processo de coleta de dados para que possamos trazer mais detalhes concernente às entrevistas. Inicialmente foi enviada por *e-mail* a proposta da pesquisa e, depois, por *whatsapp*, foi enviada uma carta convite para os participantes. Solicitamos aos entrevistados um horário (manhã, tarde ou noite) para agendar as entrevistas via plataforma virtual *Zoom*. O material necessário para gravação foram: Câmera, Computador, *Notebook*.

O tempo no qual tínhamos pensado em reservar para as perguntas foi de uma hora e trinta minutos para cada sujeito-voluntário da pesquisa, porém, cada entrevista variou em seu tempo, passando muitas vezes de uma hora e meia de cada um. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização dos sujeitos.

Foram feitas anotações contextualizadas com as respostas dos entrevistados assim como o procedimento metodológico das traduções nas entrevistas em Libras com os principais trechos que o autor queria destacar nas análises e após todas as anotações e situar-se o autor entrou nas análises iniciando pelo panorama de professores.

É importante lembrar que a UFPE tem oito surdos professores, incluindo este professor-pesquisador, distribuídos nos três *campi*. Desta forma, foram convidados os sete surdos professores, porém somente cinco concordaram em participar da entrevista, tomando como critério de escolha ser Surdo Professor no espaço de ensino superior, como professor de Libras e que experienciou as políticas institucionais de educação inclusiva.

Quadro 5 - Panorama dos surdos professores da UFPE

Sujeitos	Formação	Sexo	Especialista	Mestre	Doutorado
P1: Surdidade	Letras Libras	M	Libras	Políticas Educacionais	Não
P2: Ubuntu	Pedagogia/ Letras Libras	F	Estudo dos surdos/Libras	Linguística	Cursando
P3: Resiliência	Design gráfico/ Letras Libras	M	Libras	Educação e ciências da matemática	Concluído
P4: Deaf	Letras Libras/ Sistema de informações	M	Libras/Inclusão	Linguagem e ensino em estudos literários	Não
P5: Orgulho	Letras Libras	F	sim - não mencionou	sim - não mencionou	Não

Conforme o quadro acima, os sujeitos estão identificados pelos nomes: **Surdidade**, **Ubuntu**, **Resiliência**, **Deaf** e **Orgulho**, acompanhados da letra + numeração P1, P2, P3, P4 e P5, porém, somente iremos chamá-los pelos nomes descritos acima. Cada palavra escrita representa uma força encontrada para a escrita desse trabalho que significa uma história dentro da liderança do autor na comunidade surda e as letras iniciais dessas palavras culminam a palavra **SURDO**. Procuramos, desta forma, preservar a identidade dos sujeitos. Os professores que estão descritos no quadro são os que aceitaram participar da entrevista e colaborar voluntariamente para a desenvoltura da mesma.

A partir do quadro, podemos descrever algumas características do pequeno grupo de sujeitos: todos possuem a formação em Licenciatura em Letras Libras, quase todos, exceto Orgulho (que não mencionou), possuem especialização em Libras, além disso, todos concluíram o mestrado, o que demonstra que houve abertura de possibilidades em espaços de pós-graduação para esses professores em diferentes programas de pós-graduação, e que podemos inferir, a partir disso, que estão procurando se qualificar e realizar uma inserção acadêmica na instituição, mas também local e nacionalmente.

São três homens e duas mulheres, e entre eles, o sujeito Ubuntu está cursando o doutorado e Resiliência o concluiu.

Vale considerar sobre o perfil dos sujeitos que três participantes possuem outras graduações: Ubuntu é formado também em Pedagogia, Resiliência é formado em Design Gráfico e Deaf em Sistema de Informação. Das três formações, apenas uma fica no campo da educação: pedagogia, e outras duas são áreas diferentes da licenciatura, o que demonstra que a docência é marca importante da ação dos mesmos na educação superior.

No quadro a seguir apresentamos uma breve contextualização dos sujeitos da pesquisa, tratando das respectivas trajetórias de formação profissional, quando se tornaram professor da UFPE, quais áreas atuaram, dentre outros detalhes.

Quadro 6 – Panorama da atuação e atividades docentes dos surdos professores

SUJEITOS	Experiência docente	Cursos que ensina	Início na UFPE	Experiência em IES	Atividades na UFPE
Surdidade	Atuou como professor substituto	Libras em pedagogia e licenciatur as diversas	2014	9 anos	Ensino, extensão, grupo de pesquisa, vice coordenação e coordenação de setor geral da universidade.
Ubuntu	Instrutora de Libras/ Professora de escolas	Disciplinas do curso de Letras Libras	2014	9 anos	Ensino, pesquisa, extensão, gestão e coordenação do curso.
Resiliência	Setor administrativo/ design gráfico	Libras nos cursos de pedagogia e Licenciatur as diversas	2014	9 anos	Ensino, grupo de pesquisa, extensão.
Deaf	Instrutor de Libras/ Fábrica/ Professor técnico/ Professor substituto	Disciplinas do curso de Letras Libras	2014	9 anos	Ensino, extensão, grupo de pesquisa, eventos.
Orgulho	Professora de rede municipal/ Professora da UERN.	Libras nas licenciatur as diversas	2014	9 anos	Ensino, pesquisa, extensão e vice coordenação do curso de Letras Libras.

No que concerne à experiência profissional, podemos perceber que Surdidade, Ubuntu e Orgulho atuaram totalmente na área da educação anteriormente, com exceção de Resiliência e Deaf que trabalharam, respectivamente, em setor administrativo/design gráfico e em fábrica. Podemos presumir que tais trabalhos possuem relação com a graduação anteriormente citada.

Entre eles, todos os participantes atuam em sala de aula, porém em áreas ou cursos diferentes, como nas licenciaturas diversas (Surdidade, Resiliência e Orgulho), disciplinas do curso de Letras/Libras (Ubuntu e Deaf) e Libras no Curso de Pedagogia (Surdidade e Resiliência), ou seja, todos têm foco na formação de professores. Os professores atuam em sala de aula ministrando disciplinas para discentes da universidade, mas não somente, pois eles também desenvolvem outras atividades que estão descritas no quadro, atuando todos, majoritariamente, em projetos de pesquisa e extensão, conforme estabelece a Resolução nº 11/2022, que dispõe sobre as atividades docentes nas universidades.

Os sujeitos Surdidade, Ubuntu e Orgulho já tiveram ou estão tendo a experiência/vivência em cargo de coordenação de curso, setor ou centro ou ainda, vice coordenação de curso ou setor na UFPE; em outros termos, os surdos professores, além de preocuparem-se com a formação de discentes e planejarem realizar pesquisa e extensão, estão em cargo de gestão, assumindo a liderança junto aos colegas professores, surdos e ouvintes, como protagonistas. Infere-se do quadro anterior que todos os professores desenvolvem ou já desenvolveram pesquisas em estudo voltado para Libras, o que é de grande relevância, uma vez que estão disseminando a Libras junto à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.

Vale ressaltar que todos os participantes entraram na UFPE no ano de 2014, como podemos reparar no quadro; então, todos têm nove (09) anos de docência na universidade. É interessante que todos entraram no mesmo período e, conseqüentemente, atuam com o mesmo tempo de experiência na universidade, tornando um dado em comum entre eles.

Uma vez realizada essa breve caracterização dos sujeitos, identificado o perfil dos participantes, a partir disso, apresentamos a seção de análise e caracterização dos dados coletados.

4 ESPAÇO INCLUSIVO: ENTRE O ESCRITO E O SINALIZADO

A presente seção tem por objetivo apresentar, caracterizar e analisar os dados levantados pela pesquisa através de entrevistas e documentos institucionais mencionados na seção de procedimentos metodológicos. Buscamos analisar as falas dos sujeitos participantes da pesquisa, os surdos professores, a partir da fundamentação teórica, considerando os contextos vivenciados pelos professores não só em momentos atuais, mas também porque os sujeitos foram levados a retomar dimensões e informações sobre suas respectivas trajetórias de vida e acadêmica.

A partir das perguntas norteadoras das entrevistas, procuramos agrupar a análise nas seguintes categorias - contextualizadas, compreensivas e articuladas, conforme descritas abaixo:

- 1) **Protagonismo do surdo:** com essa categoria, iremos explorar e interrogar, caracterizar e analisar o potencial e o protagonismo que os surdos professores vêm tendo dentro da UFPE. A ideia-força é demonstrar, ao contrário do que geralmente se pode imaginar, que o Surdo Professor vem ocupando e se envolvendo em ações importantes e relevantes, com liderança acadêmica na gestão e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- 2) **Barreiras de acessibilidade:** com a presente categoria, iremos abordar questões relativas às diferentes barreiras de acessibilidade, particularmente com impactos negativos para as pessoas surdas.
- 3) **Políticas/Ações Institucionais da UFPE:** vamos apresentar e analisar as políticas e ações institucionais formuladas e implementadas pela UFPE, que se articulam com o terceiro objetivo específico desta pesquisa.
- 4) **Projeções futuras frente à UFPE:** com essa categoria analítica, identificamos e analisamos as sugestões e propostas dos sujeitos participantes da pesquisa em termos do que defendem e imaginam poder ser formulado e executado pela UFPE. É uma forma de trazê-los para o debate sobre a contribuição para melhoria de pontos amplos e específicos nas políticas e ações de inclusão na Universidade.

4.1 Do protagonismo dos surdos professores nas atividades docentes da UFPE

Vamos iniciar pela análise da contribuição dos surdos professores acerca da participação nas atividades docentes, questionando-os sobre a *importância da atuação de surdos professores nas atividades docentes da UFPE*.

É nos espaços de protagonismo que vamos começar a lidar com novas situações, compreendendo o conjunto de atividades acadêmicas estabelecidas para as universidades que, no caso da UFPE, encontram-se na Resolução nº 11/2022 (UFPE, 2022). Ela descreve todas as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão, inovação) e de gestão em que o professor pode se envolver, deixando claro que tal envolvimento decorre da busca individual pelas atividades.

Nas entrevistas coletadas tentamos abarcar o protagonismo dos surdos professores em diferentes perspectivas, diferentes falas e em diferentes espaços, seja no ponto de vista pessoal, do que eles acham sobre si enquanto pessoa surda ou sobre o que eles já produziram ou representaram.

Surdidade comenta que

Já participei de congressos proferindo palestras, como no congresso da UFSC, congresso e seminário no Ceará. Recentemente um artigo que escrevi discorrendo sobre minha pesquisa de mestrado foi aprovado para publicação no periódico do Centro de Educação da UFPE (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/2022).

O entrevistado Surdidade comenta sobre a participação em espaços onde pôde produzir e representar seu papel como Surdo Professor, envolvendo-se em atividades que vão além da sala de aula nos cursos de graduação ou licenciatura. No caso específico desta fala, verifica-se a participação em palestras em outros estados, o que indica certa inserção acadêmica nacional, e também atividades de pesquisa com publicação de artigo, respeitando a dimensão linguística que constitui elemento importante da cultura surda.

Surdidade também aborda um outro ponto de vista no sentido de protagonizar. Vejamos a sua fala:

Nós surdos professores devemos apresentar para a reitoria nossas demandas linguísticas. **Nossas ações devem ser coletivas e não individuais.** Os professores ouvintes de Libras não tratam da exclusão linguística porque não vivenciam esta experiência. **Essa vivência é nossa, dos surdos.** Como surdos, precisamos expor essas questões [...] Nós professores de Libras precisamos dialogar mais (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/2022).

Trata-se de uma fala potente, que chama para os surdos professores a responsabilidade de pautar e liderar as mudanças institucionais e, claro, culturais e sociais. Surdidade apresenta seu posicionamento com algumas singularidades, diferentes dos demais sujeitos (como veremos a seguir), uma vez que podemos entender que eles precisam assumir o lugar de fala, como aqui

é (d)enunciado – “Os professores ouvintes de Libras não tratam da exclusão linguística porque não vivenciam esta experiência” – em relação à pauta da exclusão linguística. Para nosso entrevistado, é matéria exclusiva ou muito específica da comunidade de surdos a exclusão ou inclusão linguística. Surdidade sinaliza que “**Essa vivência é nossa, dos surdos**”. Por quê? Trata-se de algo que somente eles passam profundamente por elas, no caso das demandas linguísticas; para tanto, ele endossa que precisam realizar as ações coletivas – não se trata de pauta individual, ou seja, segundo o entrevistado, é preciso ter mais diálogos em conjunto, articular as demandas e apresentar as autoridades ou instâncias competentes. A fala também registra, por outro lado, em face de haver na universidade também professores de Libras ouvintes, que fazem parte também do quadro da universidade e ministram as mesmas disciplinas que os surdos, porém, como se pode deduzir, não vivenciam as mesmas problemáticas dos surdos professores uma vez que escutam e falam e não enfrentam as barreiras linguísticas que os surdos vivenciam.

Ubuntu traz uma perspectiva diferente para a construção da análise no contexto da conjuntura do trabalho docente como um todo, uma vez que incide sobre a trajetória histórica da pessoa surda. Assim se pronuncia:

No passado eu não acreditava muito no nosso ingresso como surdos professores nas universidades **devido a regras estabelecidas no português**. Mas, houve uma abertura e surdos professores entraram na universidade lecionando nos cursos de graduação, a princípio somente com o título de graduado [...]. Hoje nós temos um número expressivo de surdos com mestrado e doutorado e com uma experiência mais solidificada na docência e há uma compreensão por parte da instituição que nós surdos temos potencial da mesma forma que os professores ouvintes. **Trabalhamos no ensino de uma língua, a Libras** (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

De maneira bem clara, Ubuntu explana que não tinha expectativa nenhuma referente à inserção das pessoas surdos como docente nas universidades públicas federais, particularmente devido à falta de domínio da língua portuguesa, sinalizado com “dificuldade da Língua Portuguesa” e “devido a regras estabelecidas no Português”. A política de inclusão de pessoas surdas, na condição de professor, na universidade pública federal, foi determinante, por meio da licença para que participassem dos concursos públicos docentes apenas com o título de graduação, uma vez que os surdos, em sua grande maioria, só tinham concluído os cursos de

graduação⁴. Assim, houve uma política de indução para ingresso das pessoas surdas nas universidades e, uma vez na condição de professor, há incentivos para que possam realizar mestrado ou doutorado. Importante dizer que este cenário mudou consideravelmente nos últimos anos, e que existe um número mais expressivo de surdos com título de mestrado e doutorado. O professor Ubuntu sinaliza que há uma postura política de compreensão sobre os surdos professores, que é ao mesmo tempo de acolhimento e reconhecimento, expressa na leitura de que “nós surdos temos potencial da mesma forma que os professores ouvintes”. Trata-se de uma sinalização importante, de autorreconhecimento da inserção e do papel do Surdo Professor, também pelo fato de estarem em tarefa relevante, que é o ensino de uma língua, a Libras.

Ubuntu destaca que desenvolve:

... ações no ensino, pesquisa, extensão e coordenação [...] já escrevi capítulos de livros, artigos em periódicos, realizo curso de extensão e desenvolvo pesquisas. [...] ministrei várias palestras (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/2022)

É possível dizer que Ubuntu também assume um papel relevante para a comunidade surda, tendo em vista a liderança acadêmica que vem exercendo, participando de várias ações internas à comunidade acadêmica, mas também externa, ações político-formativas, que ressaltam protagonismo e articulação, expressas em produtos acadêmicos tais como ministração de palestras, publicações, coordenação de cursos de extensão e de pesquisa, entre outras.

Podemos fazer um breve comentário analítico para indicar que os surdos professores ingressaram na Universidade em 2014 (vide quadro de apresentação dos sujeitos entrevistados), mais de uma década depois, portanto, ao tempo em que a Libras passou a ser reconhecida como Língua de fato. Cabe lembrar que a Lei nº 8.213/1991, no seu artigo art. 93, estabelece que as empresas deveriam contratar pessoas com deficiências, para sua equipe de trabalho, conforme transcrevemos a seguir:

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.....	5%.

(Brasil, 1991)

⁴ Os concursos docentes na UFPE requerem, como regra geral, a titulação de Doutor. No entanto, tendo em vista a importância da política de inclusão, os critérios foram revistos, permitindo a inscrição e posse com o título de graduação.

Diante do exposto, podemos perceber que a luta das pessoas com deficiência produziu as condições para a mudança de diversas leis e normativos; especificamente para a comunidade surda, tivemos algumas conquistas importantes, dentre elas, a Lei nº 10.098/2000, a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a Lei com outros desdobramentos, e passam a reconhecer como legítimo o movimento de luta dos surdos para permanência e desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais.

É importante reconhecer que tiveram avanços, como podemos analisar no comentário de Ubuntu quando apresenta em sua fala que “hoje nós temos um número expressivo de surdos com mestrado e doutorado e com uma experiência mais solidificada na docência e há uma compreensão por parte da instituição que nós surdos temos potencial da mesma forma que os profs. ouvintes”, o que nos faz perceber que as limitações citadas por Ubuntu no início da entrevista foram aos poucos alçando voos maiores quando o participante afirma que “[...] *houve uma abertura e os surdos professores entraram na universidade lecionando nos cursos de graduação [...]*”. Essa ‘abertura’ sinalizada por Ubuntu é justamente o período posterior ao reconhecimento da Libras, o que contribuiu decisivamente para modificar o contexto de profissionais e surdos professores, passando então os surdos a estarem inicialmente em um campo de atuação prestigiado pela comunidade acadêmica, que é a universidade. A língua dos surdos ganhou mais amplitude e aparato legal; os surdos começaram a se formar (inicialmente nas graduações) e, após, adentraram nos demais níveis de pós-graduação.

Como regra geral, as pessoas surdas ocupavam, não faz muito tempo, posições para a realização de trabalho braçal. Tais ocupações ainda são frequentes e até predominantes, mas as mudanças passaram a se materializar de tal forma que, a partir do reconhecimento da Libras como primeira língua das pessoas surdas, há crescimento importante das pessoas surdas em postos e cargos que demandam envolvimento técnico e intelectual, com domínio específico de conhecimento.

Os depoimentos de Resiliência e Deaf coadunam essa perspectiva e compreendem que

[...] Os nossos saberes, as nossas experiências são caminhos pedagógicos no ensino da Libras para os estudantes na universidade (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/2022)

[...] importância da representatividade do potencial que nós surdos temos e de sermos referência. Somos na UFPE um grupo de profissionais que exercem a docência nos cursos de licenciatura que tem ..., ... responsáveis pela cadeira de Libras; no CAC somos 5 professores trabalhando no curso Letras Libras. Eu e mais 5 professores. Desses 5, um se mudou para Campina Grande. Tem o no *campus* de Caruaru Somos referência para os estudantes surdos que ao olharem para nosso trabalho, vislumbram no futuro uma profissão

acadêmica também. Somos modelo e, isso é muito importante o papel que desempenhamos. E, para os ouvintes, a nossa presença na universidade expressa nosso potencial, a nossa língua e nossa prerrogativa em ocuparmos espaço não somente na docência, mas, também na coordenação, na chefia, resguardando nosso direito à língua e à acessibilidade (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22) (alterações pelo autor “...” para não revelar a identidade dos nomes citados pelos entrevistados)

Entretanto, os sujeitos Resiliência e Deaf comentam uma perspectiva diferenciada; eles justificam a importância em assumir esse papel pela vivência nesse lugar em que ocupam e que devido a isso possuem lugar de fala. Quando Resiliência comenta que eles vivenciam cotidianamente as barreiras ao longo da vida, destaca que “Os nossos saberes, as nossas experiências são caminhos pedagógicos no ensino da Libras para os estudantes na universidade”. Desta forma, Resiliência, sem citar nominalmente, sinaliza a **identidade surda** quando expressa que os saberes e as experiências se tornam caminhos pedagógicos, se encaixando com o debate sobre o ser cultural, tal como a discussão apresentada na seção dos “Estudos sobre cultura e identidades surdas”.

Quando Resiliência e Deaf comentam que os saberes e as experiências os tornam personagens principais do ensino, assumem esse espaço de protagonismo, como fator de maior relevância para que os surdos professores estejam à frente das atividades docentes da instituição, tendo em vista o espaço de fala/sinalização que lhes é tão característico, fundado no posicionamento teórico-político e pedagógico: *Nada sobre nós, sem nós* (Sassaki, 2007). Trata-se de posicionamento referente a todos as pessoas com deficiência, pois é o princípio estruturador da pauta da inclusão no mundo.

Deaf também sinaliza sobre servirem de modelo para outros surdos, o que é importante, uma vez que os surdos precisam ter referência de pessoas surdas, como eles; muitos advêm de famílias cujos pais são ouvintes e não têm referencial para inspirar-se e planejar seu futuro.

Resiliência também reforça que dentro da universidade esses surdos professores são importantes, em meio aos professores ouvintes, porque

Assim, com uma formação consciente da diversidade linguística presente na sociedade, os surdos enfrentarão menos barreiras de comunicação. Procuro enquanto docente informar, partilhar com os estudantes os saberes surdos. Com isso, eu não estou dizendo que sou contrário ao professor de Libras ouvinte. Mas, são experiências diferentes com a língua (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/2022).

Pode-se inferir da sinalização acima aspectos únicos que vêm da pessoa surda, no que diz respeito à difusão da Libras pelo Surdo Professor. Sobre o ensino de disciplinas pelo próprio Surdo Professor, pelo convívio desse Surdo Professor com outros professores, técnicos e alunos dentro da universidade, a fala complementa com os seguintes aspectos:

Sentimos a língua porque pensamos por meio dela. A emoção, a intuição, o pensar em Libras, os profissionais ouvintes não vivenciam. Não tem como vivenciar, pois não são surdos. A essência, o ser surdo, nós, surdos professores, podemos partilhar, expressar com os estudantes no ensino da Libras. Eu presumo que há por parte dos estudantes um respeito maior na relação com o professor surdo por ser o professor surdo aquele que vive a língua de sinais (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Resiliência foi idôneo ao afirmar que o protagonismo do Surdo Professor é único e que, por suas palavras, a língua é o principal motivo do seu protagonismo, uma vez que naturalmente a língua seja cuidada, regada e passada dos surdos mais experientes para os menos experientes; ele afirma ainda que é importante assumir esse papel de protagonizar a disseminação para que seu aluno(a) beba direto da fonte e possa sentir o poder da língua sinalizada: “Por essa razão, eu creio que nosso papel na universidade é relevante, visto que a docência surda é autêntica, real”. Tal fala indica a importância de que mais ações afirmativas sejam criadas para que mais surdos professores assumam esse papel, mais pessoas surdas estejam no centro das atenções das políticas públicas, das discussões e debates para que possam, enfim, trazer sua perspectiva acerca de qualquer temática – educativa, social, econômica, cultura - inclusiva que a envolva.

Sobre o protagonismo do Surdo Professor dentro da universidade, Resiliência faz também um paralelo com as suas ações na universidade:

No *campus* Caruaru fui coordenador do NACE (Núcleo de Acessibilidade) onde realizei interlocução com professores. e estudantes do *campus* com diversas especificidades e diferenças. Neste espaço pude realizar ações com os estudantes surdos. Sou surdo e compreendo bem as demandas deste grupo. Isto não quer dizer que fui negligente com outros grupos de estudantes. Realizamos ações para garantir a acessibilidade arquitetônica com rampas e elevadores adaptados. Com os estudantes cegos buscamos assegurar materiais transcritos para o braille. Com os estudantes surdos as demandas eram linguísticas como a presença do intérprete de Libras. Deixei a coordenação para me dedicar aos estudos da pós-graduação (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Podemos deduzir da fala anterior de Resiliência que o protagonismo do Surdo Professor se vale por ele ser surdo e estar naquele local de fala/sinalização, inclusive, como comenta, não é porque é surdo que ele será negligente com outras demandas de outros grupos estudantis, de

técnicos ou docentes; ao contrário, justamente por ser Surdo Professor, ter sensibilidade e empatia, que tem o olhar mais acurado e mais focado para essas esferas que precisaram das ações dele, o protagonismo surdo serve também para ele assumir uma posição de liderança que vai muito além do lugar de fala, que pode ser o espaço inicialmente sinalizado pelo “nada sobre nós sem nós”, que é a pauta ampla da inclusão irrestrita, que envolve a formulação, implementação e avaliação das políticas de inclusão, mas articuladas às pautas sociais e econômicas para a melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Por isso, a preocupação de Resiliência que sinaliza que “Percebo a importância de estar bem fundamentado para debater e argumentar de forma coerente e há a questão da interpretação”. Ou seja, na relação que depende do intérprete, é preciso fazer-se bem entendido e entender adequadamente o que ocorre no mundo, para estar bem-informado, tomar as decisões adequadas e pertinentes aos temas em pauta, particularmente nas conversas e debates voltados a temáticas da universidade.

Neste mesmo sentido vem a sinalização abaixo de Deaf:

... para os ouvintes, a nossa presença na universidade expressa nosso potencial, a nossa língua é nossa prerrogativa em ocuparmos espaço não somente na docência, mas, também na coordenação, na chefia, resguardando nosso direito à língua e à acessibilidade (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22)

O entrevistado aborda uma questão relevante: sobre a necessidade da ocupação de espaços diferentes de poder a partir da docência, espaços representativos de poder em algum setor, núcleo ou centro acadêmico. É o caso de quando sinaliza os cargos de coordenação e de chefia, como exemplos; uma vez que os surdos são inseridos na docência, eles possuem visibilidade com os alunos em sala de aula e conseguem atuar juntos aos demais alunos ouvintes da Língua Brasileira de Sinais, assim como a comunidade acadêmica implicada em determinado espaço.

É o que atesta Orgulho, ao comentar que: “Eu me lembro de quando eu ocupei o cargo de vice coordenadora, houve uma reunião em que o coordenador não pôde comparecer e eu o representei”. A entrevistada citada acima que já ocupou cargo de vice coordenadora de curso, cargo relevante para a universidade e para a pessoa surda, demonstra reconhecimento por parte dos pares, ouvintes e surdos. Porém, quando esse professor ocupa espaços de maior protagonismo, ele naturalmente terá de usar a Libras, através de intérprete de Libras para, por exemplo, discutir, formular e contribuir para que melhorias sejam pensadas e efetivadas tendo em vista a perspectiva dele na representatividade dos surdos e da comunidade em geral.

Orgulho reconhece seu potencial e complementa como pessoa surda que: “Sou uma pessoa como qualquer outra pessoa, tenho potencial e tenho conhecimento profícuo da minha língua e posso me expressar, manifestar meus conhecimentos”. A entrevistada reitera afirmando que tem essa capacidade de se superar, de estar em diversos espaços na universidade enquanto professora surda.

É importante lembrar que aqui na UFPE temos dois surdos professores em cargos superiores de gestão: um Surdo Professor ocupa o cargo de coordenação de curso (Letras Libras) e outro professor é o atual coordenador do Núcleo de Acessibilidade, o que é muito positivo e coaduna com o que o entrevistado Deaf trouxe. Além disso, é extremamente relevante citar que esses papéis foram chegando para o Surdo Professor a partir da perspectiva de uma gestão democrática, inclusiva e inovadora. Por exemplo, no passado, nas gestões anteriores, a UFPE nunca teve um Surdo Professor assumindo um cargo de gestão de destaque. Podemos afirmar que isso também se deve à atual gestão da universidade que incluiu as minorias como atores importantes do processo de mudança da UFPE, para fazê-la inclusiva, diversa, plural, democrática e de excelência.

Além disso, é importante refletir que os surdos antes não se enxergavam em cargos de professores de universidade, tinham dificuldade na escola e muitos já relataram que não tinham expectativa de futuro; ser professor da universidade foi uma conquista muito importante e representativa, pois além de terem reconhecidas suas capacidades e habilidades, melhorando autoestima e performance, passamos a perceber que hoje eles almejam cargos potenciais que possam atuar e fortalecer o protagonismo dos surdos e identidade surda. Quando existe a visibilidade para a pessoa surda assumir cargos de gestão, existe também a confiança nessas pessoas, o que as levam a tornarem-se referência para os outros surdos da universidade tornarem-se modelos de ação e competência. Seguindo na linha de raciocínio aqui apresentada, o depoimento de Orgulho complementa,

a importância de articulações e trabalhos coletivos permanentes e cooperação em cursos de extensão, nas metodologias. A articulação permanente entre os surdos professores é importante (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22)

Orgulho ressalta que o protagonismo é importante devido à articulação necessária e permanente entre os surdos professores, a articulação em trabalhos coletivos, cooperação e visão de futuro, ou seja, outro ponto de vista advindo do Surdo Professor diz respeito à importância dos profissionais construírem redes, fortalecerem os pares e grupos para um ‘diálogo permanente’, além da visibilidade específicas destes sujeitos.

Neste sentido, Deaf apresenta o seguinte depoimento de protagonismo surdo:

Gostaria de manifestar minha satisfação em ser professor, em expressar meu potencial, em compor uma representatividade surda na universidade [...] sou uma das referências neste campo na universidade e todos os surdos professores da instituição são referência no seu campo de atuação docente. Estes profissionais engrandecem a UFPE (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

A satisfação manifestada por Deaf é notável; é uma conquista de geração, porque, segundo ele, fazer parte do quadro de surdos professores que fazem parte do quadro da Universidade Federal de Pernambuco é de enorme valor. O participante cita a importância da representatividade que é a importância da luta diária sobre o preconceito e a discriminação; por isso, Deaf cita que é referência no campo em que trabalha; por isso, tais profissionais agregam valor à instituição. A expressão “profissionais” representa muito nesta fala/sinalização. Continuando com a análise das falas que abordam o **protagonismo surdo**, Deaf reforça:

Nossas ações políticas... impactam a instituição. Não estamos à margem. Fazemos parte de uma comunidade acadêmica! Realizamos eventos, cursos, formações; semanas pedagógicas [são] realizadas nas licenciaturas que tratam sobre a Libras, parcerias [são] firmadas com associações de surdos, com outras instituições que marcam a universidade (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22)

Aqui, com essa fala de Deaf, verifica-se que as “nossas ações políticas impactam a instituição”, ou seja, como sujeitos políticos, os surdos professores têm consciência das suas ações e do significado que elas representam: “não estamos à margem”, estamos no centro do debate político sobre muitas pautas, de modo especial, sobre a pauta da inclusão, por isso realizam diversos eventos para a comunidade surda e ouvintes dentro da comunidade acadêmica, trazendo visibilidade para a universidade.

4.2 As barreiras encontradas pelos surdos professores frente às atividades acadêmicas na UFPE

Nesta parte iremos explorar o significado das **barreiras de acessibilidade** para analisar o que dizem/sinalizam os surdos professores sobre as barreiras encontradas na realização das atividades acadêmicas na Universidade Federal de Pernambuco, de tal forma que o que eles abordam será destacado nas análises e comentários dos sujeitos participantes da entrevista.

Surdez afirma que,

Considero importante nossa atuação junto aos estudantes na orientação de TCC. Contudo, enfrentamos neste ponto mais uma barreira linguística: a ausência de intérpretes para nos acompanhar nesse tipo de atuação docente, a orientação (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

O Surdo Professor entende que é importante a atuação do Surdo Professor como professor-orientador de Trabalho de Conclusão de Curso. Porém, a realização das orientações depende da presença qualificada do profissional tradutor-intérprete de Libras, e isso tem sido um problema sério na Universidade: o número insuficiente de intérpretes. O governo federal que esteve no poder entre 2019 a 2022 vetou a contratação de intérpretes, assim como de muitos outros cargos, o que tem criado enormes dificuldades para a Universidade (as universidades federais, no geral) realizar a contento a tarefa da inclusão. Embora prevista em leis nacionais e documentos instituições, como é o caso da Resolução nº 11/2202, que é dever da Universidade realizar a inclusão, as condições para tanto não se apresentam. As orientações de TCC também fazem parte da Resolução nº 11/2022, descrita como atividade docente, conforme do artigo 3º:

V - orientação ou coorientação acadêmica de estudantes em atividades curriculares, tais como trabalhos de conclusão de curso, dissertação, tese, trabalhos de iniciação científica e/ou inovação tecnológica, no âmbito da educação básica, graduação e da pós-graduação stricto sensu e lato sensu ou residência, bem como de estudantes em programas institucionais, como bolsistas ou voluntários (Resolução nº 11/2022, artigo 3º, grifo nosso).

Por conseguinte, se o Surdo Professor não tem a disponibilidade do intérprete de Libras, este ficará limitado para cumprir a atividade de orientação. Na seção “Estudo dos surdos” abordamos sobre a identidade surda e seus desdobramentos, e trouxemos Lopes (2017, p. 19) que apontou que precisamos estar “[...] defendendo a ideia de que as vivências culturais e linguísticas dos surdos precisam ocupar o centro de valor das discussões para que esses sujeitos possam visualizar as possibilidades de construção de um futuro melhor”.

Caso esses discentes que precisem de orientação de TCC tenham esses trabalhos acerca da pessoa surda, inclusão ou qualquer outra temática relacionada à disciplina do professor, e este aluno não seja fluente em Libras, ele não poderia estar sendo orientado por Surdo Professor devido à falta de intérpretes, uma vez que para comunicar-se necessita de mediação entre as línguas, o que implica na dissolução da relação professor-aluno, e assim como na dissolução da influência direta que esses surdos professores poderiam causar ao orientar os discentes com as temáticas relevantes, visando à construção de novos pesquisadores e favorecer ainda mais a inclusão, com a produção do conhecimento vinculada à questão do sujeito surdo. Ademais, ele

também apresenta limitações em outra atividade docente descrita na Resolução nº 11/2022, qual seja:

[...] na organização de projetos enfrentamos barreiras linguísticas como a falta de intérpretes. Há uma perda significativa de produção acadêmica dos surdos professores em decorrência da barreira linguística (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

Ou seja, o mesmo problema de falta de intérpretes é um ataque direto à possibilidade de superação da **barreira linguística**. Além disso, Surdidade aponta outra questão que merece destaque, conforme a seguir:

É necessário um número maior de intérpretes. Na licenciatura há apenas um intérprete disponível e outro foi cedido ao NACE. É preciso um número maior de profissionais da tradução e interpretação para que possamos dar andamento nas nossas ações docentes. Bolsistas que sabem Libras não são intérpretes, não estão qualificados para o trabalho de tradução e interpretação. Esse fator interfere e muito no nosso trabalho (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

Surdidade apresentou claramente as preocupações advindas do pouco quantitativo de intérprete de Libras nos setores da universidade, vinculando também o resultado do rendimento das ações docentes dele à falta do profissional. Sendo assim, pela fala de Surdidade, podemos inferir que a universidade possui um quadro de Intérpretes de Libras insuficiente para atender às demandas de acessibilidade linguística solicitadas pelos surdos, uma vez que o próprio docente identifica a dificuldade da profissão acadêmica. Ademais, destacam em relação aos bolsistas que atuam nessas demandas de comunicação: “Bolsistas que sabem Libras não são intérpretes, não estão qualificados para o trabalho de tradução e interpretação”. Portanto, podemos notar que o participante não está satisfeito com a realidade da universidade frente à esfera dos Intérpretes de Libras. É importante refletir sobre a Lei nº 12.319/2010 que cita os desdobramentos da profissão, bem como direitos e deveres do profissional diante da atuação deste em nível médio, que seria:

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (Brasil, 2010).

Esta questão destoa da atividade quando descreve que este profissional de *nível médio* deve ter essa formação, porém a complexidade do trabalho docente, que envolve orientação e pesquisa e extensão, que não são atividades corriqueiras, demanda profissionais formados no nível superior. Porém, é de se observar que no ano de 2010 ainda não tínhamos nada que comentasse sobre o profissional nessa área de ensino; depois de cinco anos, surgiu a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, a qual citamos na seção sobre os “*documentos institucionais voltados para inclusão na UFPE*”, cujo profissional tradutor e intérprete ali mencionado é de *nível superior*, seja na graduação ou pós-graduação, conforme a citação abaixo:

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de **graduação e pós-graduação**, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Sendo assim, em articulação com a fala do Surdo Professor e as citações acima expostas, podemos entender que outra problemática é inferida da entrevista de Surdidade, ou seja, a possibilidade de que existam bolsistas atuando para complementar o quadro de intérpretes de Libras, uma vez que não há profissionais técnicos em número suficiente. Porém, precisamos entender que os bolsistas/estagiários fazem parte das políticas institucionais existentes asseguradas para esses discentes atuarem em diferentes instâncias da comunidade acadêmica. Neste sentido, a bolsa do profissional intérprete dentro da universidade é de um valor diferenciado das demais bolsas – a bolsa do estudante comum vai de R\$ 390,00 a R\$ 600,00 – a do bolsista intérprete de Libras (do NACE - Núcleo de Acessibilidade da UFPE) chega ao valor de R\$ 1.080,00. Quando perguntado sobre as barreiras vivenciadas, Ubuntu responde, surpreendentemente em primeiro momento, que:

Eu não encontro nenhuma barreira no meu relacionamento, no meu trabalho na UFPE [...] Mas, não sei dos outros surdos professores. Há professores que não sabem Libras. Os professores do curso Letras Libras sabem. Estou dizendo de outros professores de outros cursos. Daí, a necessidade de intérpretes. Há professores ouvintes que buscam aprender a Libras (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22)

Ubuntu complementa ainda a especificidade do curso no qual trabalha com cargo de coordenação que é um curso voltado apenas para a comunidade surda e alunos interessados, mas que precisam ter o domínio de Libras para ingressar no curso, requisito da UFPE. Assim, o entrevistado sinaliza essa necessidade da presença do mediador linguístico, Tradutor-Intérprete de Libras para professores de outros cursos que ministram aulas para esses alunos do curso de Letras Libras.

[...] temos apenas dois intérpretes no curso Letras Libras e a maioria dos estudantes surdos enfrentam dificuldade de acesso aos departamentos dos cursos e os profissionais da tradução e interpretação estão trabalhando nas salas de aulas, não podem sair...o estudante que foi ao departamento precisa esperar ou voltar outra hora ou outro dia...há prejuízos nas idas e vindas dos surdos no espaço acadêmico em busca de informações pertinentes a seus estudos. Precisamos de mais intérpretes, por exemplo, no curso de Letras Libras (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

Podemos perceber que Ubuntu inicia a resposta falando que não há problemas de acessibilidade, porém, finaliza coadunando com a resposta de Surdidade inicialmente, no que se refere ao pouco quantitativo de profissionais Intérpretes de Libras. Porém, até onde cita, comenta que há prejuízos em seu próprio curso de Licenciatura de Letras Libras, que é um curso em que há uma grande procura de pessoas surdas porque aborda os aspectos da Libras para os atendimentos às pessoas surdas em setores fora da sala de aula, uma vez que os intérpretes de Libras são demandados para a sala de aula e esses discentes surdos precisam de atendimentos no departamento para dúvidas ou explicações. Assim, pede aumento da quantidade para que sejam atendidas tais demandas. Além de Ubuntu, Deaf indica que:

[...] sim, há algumas barreiras quanto ao trabalho do intérprete. Às vezes há situações na secretaria do departamento em que necessito da presença do intérprete, mas, o profissional não se encontra presente, por já ter cumprido seu horário e não trabalhar na parte da tarde, ou, à noite também já passei por situações em que necessitava do intérprete e não tinha profissional trabalhando no noturno e isso acarreta entraves na comunicação com as pessoas ouvintes (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

Ubuntu apresenta o problema e Deaf, posteriormente, confirma já tendo vivenciado tal situação que o entrevistado anterior mencionou. Sendo assim, o que podemos confirmar diante das análises é que o curso merece atenção em resolução à problemática mencionada por ambos. Deaf também complementa citando os turnos de trabalhos em que não encontra intérpretes no seu centro acadêmico, sendo esses horários: tarde e noite. Vale informar que o curso de Letras Libras só existe na universidade no período matutino, portanto, podemos inferir que os

intérpretes devam estar nesse mesmo turno, por isso, o comentário do professor referente aos turnos. Há a necessidade provável não somente do entrevistado, porém de outros surdos estudantes do centro que subjaz o horário de funcionamento do curso. Dando continuidade ao depoimento, Resiliência concorda com a perspectiva e compreende que,

[...] e por que o professor surdo é importante? Por que deve ser um professor surdo? Porque nós vivenciamos cotidianamente, sentimos na pele as barreiras linguísticas que nos são impostas ao longo de nossa vida (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

De forma bastante contundente, Resiliência enfatiza a **barreira linguística** como um problema longo, pois vivencia “ao longo da nossa vida”. O sujeito Surdidade (anteriormente citado) também comenta sobre a **barreira linguística**, colocando a questão particularmente vinculada à universidade, citando a ausência de intérpretes. Além disso, Resiliência também apresenta situações que o incomodam:

Uma questão que me inquieta e incomoda é a relação entre professores, surdos e professores ouvintes. Há uma interação entre estes profissionais quando o intérprete está presente para fazer a interpretação da conversa. Mas, na ausência deste profissional não acontece interação entre surdos e ouvintes. Eu gostaria de conversar com meus colegas ouvintes sobre diversos assuntos, como projetos, pesquisas que são pontos que exigem diálogo e, não ocorre uma interação. Tomar um cafezinho na lanchonete, conversar pode levar a iniciativas de bons projetos, estudos e pesquisa (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

O que Resiliência apresenta acima pode parecer muito simples para muitas pessoas, porém, para ele, é uma barreira. O fato de sua comunicação só estar assegurada somente pelo fato de ter intérprete de Libras mediando é algo que incomoda o Surdo Professor, como podemos verificar. E, Resiliência também afirma que conversas despretensiosas com colegas de trabalho podem tomar rumos de projetos, estudos e pesquisas e endossa a importância de uma comunicação fluida. Sobre as **barreiras linguísticas**, Ubuntu complementa:

Mas, no treinamento enviado para os participantes, não havia tradução, não havia janela de Libras. Nós comunicamos às pessoas responsáveis sobre a necessidade de tradução do material já que os surdos não estavam tendo acesso ao conteúdo e os ouvintes sim. E isso ainda não foi resolvido (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22)

Ubuntu explica que não havia acessibilidade em Libras para os surdos em um treinamento enviado para os participantes, onde, registrou, em comunicação com os responsáveis do treinamento; porém, não obteve retorno até o momento da entrevista sobre

soluções acerca do ocorrido. Cita que os ouvintes tiveram acesso à formação, porém, os surdos não. No entanto, apesar das barreiras comentadas, Ubuntu diz que,

Tenho diálogo com as unidades e setores da UFPE, mas, às vezes, há divergência de opiniões em relação a temáticas que tratam da nossa especificidade linguística. Eu respeito os posicionamentos diferentes e também sou respeitada nos meus posicionamentos. [...] É por meio do diálogo que encontramos caminhos coesos de ações conjuntas. [...] Estamos caminhando, contudo, eu não posso obrigar o outro, ouvinte, a pensar como eu (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22)

O sujeito reconhece que existe o diálogo entre setores e unidades, assim como reconhece que há divergência no que se refere à especificidade linguística dos surdos professores com pessoas ouvintes. É importante ressaltar que os surdos possuem lugar de fala, sendo eles sinalizantes da sua primeira língua: Libras. Contudo, Ubuntu ainda continua abordando os desdobramentos de **barreiras linguísticas** vivenciadas por ela, conforme a sinalização a seguir:

Há uma questão linguística complicada entre surdos e ouvintes. SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas não tem acessibilidade e é um esforço hercúleo na busca por informações na minha língua. Eu como coordenadora tenho um grupo de surdos professores que demandam questões linguísticas como eu e isso é um desafio (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

Como podemos observar, sempre existe a necessidade de busca incessante sobre informações na primeira língua dos surdos, a Libras; sempre é um problema para eles, conforme podemos observar nas análises de entrevistas coletadas nesta pesquisa. Apesar de Ubuntu iniciar comentando que não tem nenhuma barreira linguística, a entrevistada passa a citar vários desdobramentos acerca das barreiras, e complementa:

No doutorado, **minha tese se encontra em tempo de finalização atrasada por conta da falta de profissionais** que conheçam e entendam da linguística da Libras e que possam ler e contribuir com minha pesquisa. É também um desafio. **É um desafio reuniões com a reitoria da UFPE** para tratar de pontos relacionados ao curso Letras Libras, a acessibilidade. Como coordenadora, são novos desafios para mim (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

Confirma que existem muitos desdobramentos limitantes causados pelas barreiras linguísticas, inclusive sua tese que, até o momento da entrevista, encontra-se com o tempo de finalização atrasado que, segundo a entrevistada, seria devido à falta de intérpretes. Também cita a acessibilidade diante de reuniões, que são desafios novos no contexto do cargo de coordenadora de curso, que está assumindo há pouco tempo. Os entrevistados Surdidade e Orgulho endossam:

Por exemplo, para os estudos do doutorado (no meu caso), é necessário **o trabalho de tradução de textos escritos**. Mas, a prioridade da universidade em relação a acessibilidade linguística é do estudante surdos e não do professor surdo [...] Isso ocasiona complexidade nas nossas produções acadêmicas (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

Os problemas são as barreiras linguísticas. A falta de intérpretes é uma barreira na construção de diálogos com os diversos setores da UFPE. E também a **ausência de tradutores para realizar a tradução de textos escritos (artigos, textos acadêmicos, publicações)**. **Não temos esse trabalho na instituição e, é uma barreira para mim** (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22) (grifos do autor).

Surdidade enfatiza na resposta acima que a prioridade em relação à acessibilidade linguística da universidade é voltada para os estudantes surdos e não para os surdos pertencentes a universidades em um contexto geral. Estão presentes nas ações afirmativas da universidade (mencionadas anteriormente no quadro dos documentos institucionais) as garantias de acessibilidade para as pessoas surdas, porém, como o professor apresenta: a prioridade é do aluno surdo e não do público surdo em geral. É necessário refletir diante desse contexto. Além disso, ele também comenta sobre a necessidade da tradução. Reitera Surdidade: “Minha primeira língua é a Libras. Isso não é considerado no momento de escrita na língua portuguesa”. Então é um fator onde eles não conseguem ser atendidos, e precisam de atenção.

Ainda sobre a discussão acerca da primeira e segunda línguas da pessoa surda, é necessário lembrar que o surdo tem a Libras como a primeira língua dele, como a língua materna, e a Língua Portuguesa Escrita como segunda língua, a qual ele precisa aprender, e para isso, necessita aprender uma língua de modalidade diferente da que ele fala, uma vez que a Libras é visual-espacial e a língua portuguesa é concreta e escrita. Ademais, Deaf reforça:

Uma dificuldade são as leituras de documentos administrativos da universidade: resoluções, ofícios, editais, artigos de instrumentos legais e administrativos, DOU, são vários documentos que tratam de regras, dos deveres do servidor público. Um exemplo: solicitação de licença para capacitação por um período de 3 meses. Qual tipo de capacitação? Mestrado? Doutorado? Licença para tratar da saúde? Outros documentos tratam da progressão do servidor, dos quinquênios etc. e a leitura destes documentos é algo complexo para mim, já que o português escrito é minha segunda língua e, ao recorrer ao serviço de tradução do português para a Libras eu não encontro profissional disponível (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22)

É difícil para a pessoa surda precisar de um serviço e não poder contar com tal; foi o que Deaf abordou em sua fala; as dúvidas e os questionamentos tornam a sua fala ainda mais marcante. É notório que existem muitas dúvidas, muitos questionamentos e que precisam ser

sanados com a aprendizagem, com acesso à informação. Os surdos professores precisam de acesso à informação na primeira língua deles – Libras. Tal informação precisa estar tão disponível quanto para uma pessoa ouvinte – sem deficiência. Cabe à instituição refletir quais estratégias podem ser feitas para que esses professores se sentam incluídos.

Orgulho apresenta duas situações que são extremamente relevantes para nossa pesquisa. A primeira situação é a falta do intérprete de Libras frente à comunicação setorial, ou seja, acessibilidade comunicacional diante dos setores da universidade com a presença do intérprete é falha; segundo ela, é uma barreira que impossibilita a construção de diálogos diante de setores; nesse primeiro aspecto, o entrave é comunicacional.

A segunda situação é a ausência de tradutores para a realização de traduções de textos escritos diversos: artigos, textos acadêmicos, publicações. A entrevistada afirma que não tem esse trabalho na instituição e essa situação representa uma barreira significativa para ela. É importante lembrar que o serviço de tradução difere do serviço de interpretação. E mesmo que esse profissional seja formado e apto para função, existem lacunas na atuação, explica Resiliência:

Às vezes o intérprete não realiza a interpretação com a mesma prosódia presente na minha sinalização e omite argumentos por mim proferidos; acontece também uma compreensão equivocada da minha sinalização por parte do intérprete. São desafios que enfrento (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Um desafio descrito pelo Surdo Professor é a ausência do intérprete de Libras na construção da mediação, o que pode ocorrer; porém, ele explica que são desafios que ele enfrenta e que muitas vezes até mesmo ele compreende erroneamente. E tudo isso se deve ao português ser a segunda língua da pessoa surda e esse surdo ainda precisar de uma terceira pessoa para efetivar a comunicação, ou seja, ela não está indo diretamente à pessoa que passa mensagem, ela depende do mediador (intérprete de Libras) que, por sua vez, tem sua compreensão acerca de determinados assuntos, e assim por diante.

Além disso, é válido lembrar que os serviços de tradução podem ser acerca dos documentos institucionais da universidade, porém, artigos e publicações que sejam de outras naturezas cabem aos profissionais contratar sua tradução, uma vez que, na língua inglesa também precisamos contratar para demandas particulares.

Na mesma linha, Resiliência aborda:

Algumas vezes percebo que meu posicionamento está frágil porque tenho um conhecimento básico sobre determinados assuntos e, isso acontece

principalmente em reuniões de colegiado, de Pleno, com profs. ouvintes. Sabemos que o espaço acadêmico, a ciência foi concebida numa língua hegemônica, o português (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

Na fala de Resiliência percebemos o direcionamento dele para explicar a fragilidade em trazer argumentos para diálogo como ‘frágil’ e explica isso devido à hegemonia da Língua Portuguesa. Para que possamos delinear melhor a diferença entre as duas funções, segue abaixo um achado de um quadro que diferencia as atuações de ambos os serviços demandados ao profissional. Segue:

Quadro 7 - Tradutores e Intérpretes de Libras

TRADUTORES
Possuem uma quantidade maior de tempo; podem recorrer ao texto base na língua-fonte quantas vezes for necessário; podem revisar o trabalho de tradução, retomando partes já traduzidas em qualquer momento, pois, normalmente o texto a ser traduzido está na modalidade escrita ou em algum outro suporte que possibilita a retomada de determinadas partes ou do texto completo; podem adiantar a tradução, antecipando partes mais complexas, a fim de posteriormente resolver problemas tradutórios ou adiantar a leitura do texto visando compreender o objetivo do autor; podem recorrer a materiais de apoio diversos, como dicionários, enciclopédias, textos paralelos, especialistas e, até mesmo, outros colegas tradutores
INTÉRPRETES
Necessitam tomar muitas decisões imediatas em relação ao sentido do texto e as escolhas lexicais; normalmente estão próximo ao locutor do discurso, pois os intérpretes trabalham com a oralidade; a primeira produção dos intérpretes normalmente é a produção final; dificilmente conseguem fazer correções que não sejam percebidas pelo público alvo; normalmente, não recorrem ao uso de materiais de apoio durante a interpretação; frequentemente, existe um período de preparação antes do ato da interpretação.

Fonte: Nogueira (2016, p. 37).

O quadro acima explica as diferenças de atuação de profissionais, onde podemos notar a diferença significativa no papel das duas atuações. Para aludir com o quadro acima, em entrevista, Surdidade comenta sobre as diferenças entre o intérprete e o tradutor; segue:

Eu entendo a demanda linguística de acessibilidade linguística apontando que o trabalho a ser desenvolvido pelo profissional da tradução de Libras implica a tradução de textos escritos e a interpretação da libras face a face. São atividades com características de tempo de produção diferentes e são atividades fundamentais para a garantia do nosso direito linguístico enquanto cidadãos e membros da comunidade acadêmica da UFPE (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

Apesar da tradução ser um trabalho que já vem sendo comentado nessas coletas das entrevistas como necessidade latente dos surdos professores, é importante lembrar que são

atividades distintas e que seriam necessárias equipes diferenciadas para tal atividade. Endossa Surdidade,

Na UFSC, UFRJ acontece este trabalho que aponte aqui (tradução e interpretação) nas ações e programas desenvolvidos por estas instituições. Por exemplo, no doutorado é necessário o trabalho de tradução e de interpretação (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

O entrevistado cita também outras universidades em que acontecem tradução e interpretação de Libras e cita também que no doutorado é necessário esse trabalho de traduzir e interpretar.

É importante retratar a realidade em que a Universidade Federal de Pernambuco - campus Recife se encontra, dentre ela, dos profissionais intérpretes de Libras que são encontrados em três setores da universidade: CAC - Centro de Artes e Comunicação, CE - Centro de Educação e NACE - Núcleo de Acessibilidade da UFPE. Cada setor tem seu regimento interno onde descreve as atividades realizadas pelos seus profissionais, isto é, acredita-se que essa demanda citada pelos entrevistados não esteja como atribuição desse profissional dentro da universidade.

Ainda dando continuidade às análises das entrevistas, Orgulho reitera:

faltam tradutores e intérpretes, isso é uma barreira. A ausência destes profissionais dificulta a comunicação com diretores, coordenadores, gestores, secretarias etc. estas barreiras de comunicação dificultam nossas ações na universidade. **Também faltam guia-intérpretes para a comunicação com estudantes cegos**, pois, este profissional contribui na minha comunicação com o estudante que apresentam essa especificidade (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22) (grifos do autor).

Já Orgulho enfatiza mais uma vez a falta do profissional tradutor intérprete de Libras na comunicação como um fator no qual culmina a ausência de ações desses profissionais dentro da universidade, ausência do protagonismo dos surdos professores, a ausência do desenvolvimento deles frente à inovação ou à criação de ações. A reclamação da falta de intérpretes é constante, o que coaduna com os demais entrevistados quando são questionados sobre as barreiras que vivenciam na universidade. Orgulho ainda trouxe além do próprio tradutor intérprete, o **Guia-Intérprete**⁵, uma novidade recente da **Lei nº 14.704/2003** que inclui

⁵ Guia-intérprete são profissionais que são aptos para exercer a comunicação com pessoas com surdocegueira - estudam para serem capazes de fazer a transliteração ou interpretação; foram incluídos juntos com os intérpretes de Libras - Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023: Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

a função do guia-intérprete de Libras juntamente com a do Tradutor Intérprete de Libras. Os guia-intérpretes são profissionais que dominam, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas **surdo cegas**. Também cita a necessidade, de acordo com a sua vivência na universidade, do aumento desses profissionais na universidade. Além disso, Orgulho reitera:

O que falta é romper com as barreiras linguísticas, interpretativas e tradutórias. Peço desculpas por insistir na acessibilidade tradutória e interpretativa, mas, sou professora de Libras e sei fazer o meu trabalho no que diz respeito a aspectos relacionados à Libras. Contudo, enfrento barreiras linguísticas com o português (Orgulho, entrevista realizada em 15/06 às 08:00).

Em análise da fala de Orgulho, que também cita a **barreira linguística, interpretativas e tradutórias** como uma das principais dificuldades que ela se depara diante da sua atuação dentro da universidade, cita a língua portuguesa também como um entrave, o que coaduna com os entrevistados anteriores, Ubuntu, Resiliência, Deaf.

Entretanto, Surdidade e Orgulho também apontam outros pontos em sua entrevista:

Um exemplo são os projetos de iniciação científica, os editais destes projetos. Entender os editais que são estruturados no português escrito é uma enorme barreira linguística. E, os editais geralmente têm prazos curtos (30, 60 dias) como vamos participar? A acessibilidade não nos é assegurada e isso impacta no nosso trabalho (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

As resoluções devem ser traduzidas para a Libras, para que possa compreender as ações administrativas da universidade. Eu sei ler, mas, o português não é minha primeira língua, tenho dificuldades com a terminologia, o vocabulário. Quero ler textos sinalizados (traduzidos) para a minha língua, a Libras. É isso! (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22).

Dessa vez, os entrevistados Surdidade e Orgulho manifestaram o desejo de ter traduzidos os textos da universidade. Surdidade comenta que os editais são estruturados e escritos em português formal, o que dificulta ainda mais o entendimento e a interpretação do leitor surdo. Reitera que são poucos os dias que esses editais estão abertos, um tempo entre 30 e 60 dias, o que dificulta o entendimento. Reitera também outras barreiras que encontra no cotidiano trabalhando na universidade:

O site da universidade, por exemplo, não é acessível. Todas as postagens no site devem ser traduzidas para a Libras, devem ter a janela de Libras. Dessa forma, teremos acesso ao que acontece na instituição. As Resoluções não são traduzidas para a Libras. Os documentos administrativos da UFPE necessitam ser traduzidos para a Libras para que possamos nos inteirar do que acontece administrativamente. [...] A garantia do nosso direito linguístico impacta no nosso trabalho como professores (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

A fala de Surdidade demonstra que ele quer mais da universidade em diferentes aspectos; ele descreve que quer ter acesso ao que acontece na universidade através da Libras; ainda em sua fala, complementa: “minha primeira língua é a Libras e a universidade oferece acessibilidade no português que é minha segunda língua”.

Já Orgulho comenta que também tem o desejo de ler textos sinalizados, isto é, textos em Libras; quer ler os textos na língua dela, a **LIBRAS**, e complementa: “precisamos ter acesso estes documentos na nossa língua, da mesma forma que outros profs. ouvintes têm. Não somente as Resoluções, as pesquisas, a extensão também”. Surdidade e Orgulho também se referem a conseguir ter acesso aos documentos que sejam relevantes pela universidade e que eles possam ter acesso através da língua deles.

É um fator interessante que ela comenta que sabe ler, porém o português não é a primeira língua da professora. A língua portuguesa é diferente da Libras, porém, na lei, eles são obrigatórios para a pessoa surda. A Lei nº 10.436/2002 diz: *‘Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.’* (Brasil, 2022).

Porém, a realidade é muito diferente do que está descrito na legislação, uma vez que os surdos tiveram grandes dificuldades no processo de ensino-aprendizagem na escolarização formal devido às barreiras linguísticas existentes, entre elas a ausência de educação bilíngue. Existe uma dependência muito grande acerca do ensinar apenas em português para todas as crianças na escola, sobretudo quando se têm crianças surdas ali matriculadas, que não ouvem a língua falada e somente a escrevem; portanto, é preciso repensar muitas questões, apesar da lei ser enfática ao apontar que a Libras não substitui a Língua Portuguesa, porém, é com a Libras que eles se sentem mais confortáveis, o que reflete a educação inclusiva. É preciso sempre lembrar que não tiveram aprendizado em e sobre a língua portuguesa. Por isso que Orgulho comenta que quer ler textos sinalizados, ela quer sentir-se como os ouvintes se sentem: confortáveis ao ler uma informação na sua própria língua. Reitera Orgulho,

Meus colegas ouvintes progridem na carreira docente (mestrado, doutorado) ocupam cargos importantes na instituição de forma superior a nós professor surdos? **O português é fator de exclusão no espaço acadêmico para o professor surdo.** Eu quero, anseio pela quebra da barreira linguística. O tradutor e o intérprete são no espaço acadêmico a ponte linguística que nos coloca em paridade com o professor ouvinte (grifos do autor) (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22)

A fala de Orgulho endossa mais ainda a perspectiva dela acerca da língua portuguesa, de tal forma que se percebe uma barreira entre dois “povos” diferentes: surdos e ouvintes dentro da instituição. É importante notar que a entrevistada cita em sua perspectiva como “ponte linguística” o profissional intérprete tradutor de Libras, comentando também que esses profissionais são os que levarão esses surdos professores a estarem em condição de paridade com os demais professores ouvintes. Orgulho comenta a língua portuguesa como fator de exclusão da comunidade surda em seu ambiente de trabalho, por isso é importante refletir sobre esses aspectos para a pessoa surda, e considerar o aspecto linguístico um fator a se preocupar, uma vez que os surdos estão inseridos numa sociedade na qual, em sua grande maioria, é ouvinte, além disso, poucos se interessam por aprender Libras para interagir com a pessoa surda, uma vez que vem sendo minoria na comunidade, são considerados sujeitos “biculturais” (Goldfeld, 1997).

Apresentando pontos de vista com eventos semelhantes, as sinalizações de Surdidade e Orgulho indicam:

É preciso uma equipe de intérpretes para ter revezamento entre os profissionais. Isso impacta nosso trabalho como professor, **por exemplo, numa reunião de departamento, às vezes não há interpretação.** Quando se fala em inclusão na UFPE é importante entender que há a hegemonia do português em detrimento da Libras. O status linguístico é desigual (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

Durante a reunião, o intérprete deixou de interpretar, visto que o turno de trabalho dele havia se encerrado. Este profissional saiu da reunião e, a reunião continuou...foi extremamente desagradável. Por isso eu manifesto a importância de uma comunicação básica em tudo na universidade e, **várias vezes, vou participar de reuniões e não há interpretação.** É primordial que nós profs. surdos possamos expressar nosso potencial, nosso posicionamento nos mais variados assuntos acadêmicos (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22).

Na fala de Surdidade anuncia-se a necessidade concreta de ter uma equipe de intérprete de Libras suficiente para revezamento em três turnos, afirmando que a falta dessa equipe impacta negativamente sobre o trabalho dele enquanto professor; lembra que algumas reuniões do departamento não têm tido interpretação, além disso, também comenta sobre a Língua Portuguesa ocupar um espaço superior à Libras, o que os torna desiguais. Dessa forma, podemos notar a insatisfação do sujeito Surdidade.

Já Orgulho cita também que houve momentos em que se sentiu mal pelo Tradutor Intérprete de Libras – sua única ponte mediadora ter que se ausentar no meio da reunião tendo em vista seu turno de trabalho ter se encerrado. Além disso, também comenta que, por várias

vezes, já foi para reuniões e não tinha intérprete de Libras, o mesmo que destaca Surdidade. Reitera o desejo de expressar sua opinião em reuniões e em outros espaços sobre vários assuntos da universidade. É necessário esgotar todas as falas coletadas dos surdos professores diante das barreiras linguísticas encontradas na UFPE, assim como em outras universidades federais. Surdidade acrescenta que:

Quando acontece uma reunião para tratar de questões voltadas para tratar da diversidade, nós, profs. surdos queremos participar, mas, infelizmente nossa participação é nula porque não há interpretação para a Libras nessas reuniões. E a justificativa **é que a prioridade linguística é do estudante surdo**. Isso interfere nas nossas ações docentes. A UFPE já avançou, mas ainda precisa garantir o direito linguístico de maneira equânime (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22) (grifos do autor).

Surdidade relembra que a prioridade linguística para a presença do Tradutor Intérprete de Libras é do estudante surdo e não dos professores. Em face do número limitado de servidores tradutores intérpretes, essa tem sido a prioridade do NACE/UFPE. Reconhece também o avanço da universidade frente aos espaços e diante da inclusão, porém, é necessário repensar no direito linguístico da pessoa surda, seja ela estudante ou professor.

Dando continuidade à análise das barreiras de acessibilidade que esses professores enfrentaram/enfrentam, Resiliência aborda questões pertinentes em direcionamentos diversos acerca de tais barreiras. Abaixo podemos conferir como se deu o começo da sua jornada profissional na instituição:

Quando comecei a trabalhar na instituição, o espaço, o sistema estrutural da UFPE todo organizado na língua portuguesa, e eu precisei lutar pelo meu direito linguístico, exigindo intérprete de Libras para minha acessibilidade na universidade e, também, as informações, documentos produzidos no português escrito (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

O professor comenta que o sistema da universidade não era adequado para ele, pessoa surda, uma vez que era todo organizado na Língua Portuguesa. Também comenta sobre a necessidade de precisar lutar pelo direito linguístico, exigindo intérprete de Libras. Além disso, também precisou desse profissional para ter acesso às informações e documentos que estavam escritos na Língua Portuguesa. Resiliência ainda comenta:

Não havia nenhuma ação por parte da universidade que pudesse garantir o meu direito linguístico. Portanto fui em busca de construir diálogos com a chefia de departamento, com a gestão da universidade, apresentando minhas demandas linguísticas e de acessibilidade, além de discutir também o ingresso de estudantes surdos no campus onde trabalho (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Até então, Resiliência foi em busca de diálogo para melhoria de sua permanência enquanto professor na instituição; além disso, ele não se absteve apenas das suas demandas, mas também trouxe outra problemática que o representasse, uma vez que, como Surdo Professor, sentiu necessidade de debater sobre o ingresso de estudantes surdos na universidade, porque, segundo ele,

No período que ingressei nesse campus não havia estudantes surdos. Um campus com um número expressivo de estudantes e nenhum ser surdo, evidencia pressuposições de barreiras linguísticas e de acessibilidade. Por meio do diálogo com a instituição, alguns pontos foram sendo sanados (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Como podemos ver, outro questionamento de Resiliência, como em um *campus* com um número expressivo de estudantes não havia nenhum aluno surdo, inferindo que ali evidenciava sinais de barreiras de acessibilidade. Porém, ainda mediante diálogo, ele confirma que alguns pontos foram sanados, segundo ele:

Houve a seleção de um profissional da tradução e interpretação. Contudo, sabemos que é necessário o trabalho em equipe (dupla) e, depois de longos meses, um outro profissional foi selecionado. E, há pouco tempo, após o período de pandemia, 4 estudantes surdos ingressam no campus (2022). Destes 4, 3 abandonaram os estudos. Temos um estudante surdo cursando Design. E por que os outros 3 estudantes desistiram? Procurei conversar com esses estudantes e, dois deles me disseram que abandonaram os estudos por conta das barreiras linguísticas e de acessibilidade, visto que não entendiam muito bem a interpretação... tinham dificuldade com os textos escritos (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

Com o trecho acima, podemos inferir algumas questões importantes: a primeira diz respeito à questão do trabalho em dupla, uma vez que o Surdo Professor entende a necessidade de o trabalho do intérprete de Libras ser prestado com revezamento. Recentemente foi aprovada a nova Lei nº 14.704/2023 a qual altera a lei anterior dos intérpretes nº 12.319/2010 onde o Art. 8 reforça:

Art. 8º-A. A duração do trabalho dos profissionais de que trata esta Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais. Parágrafo único. O trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais (Brasil, 2023).

A lei estabelece regras para segurança na atuação do Tradutor Intérprete de Libras para uma melhor qualidade para a pessoa surda, além disso, reforça pontos importantes para a

categoria, pois, antes não era bem esclarecido o funcionamento dessa atuação, pois, Resiliência comenta sobre a necessidade do revezamento e do profissional estar em dupla, justamente para que não haja uma perda de qualidade na interpretação e a pessoa surda que esteja recebendo a informação não seja prejudicada, uma vez que o esforço cognitivo é muito grande dentro do processo tradutório/interpretativo.

Além disso, ele também cita que após melhorias que foram sendo conquistadas em diálogo por ele e a gestão da universidade em 2022, mais 4 estudantes surdos ingressaram na instituição, o que antes não existia (conforme ele apresentou anteriormente), porém, o ingresso não significou permanência desses alunos, segundo ele, dos quatro alunos surdos ingressantes, apenas um se manteve no curso de Design, outros três alunos desistiram. Além de apresentar tais informações, que são extremamente relevantes para essa pesquisa e para a universidade, Resiliência também explica que foi atrás desses alunos e que dois deles disseram que devido a dificuldades advindas das **barreiras de acessibilidade** não conseguiram manter-se no curso. Dentre as limitações que os fizeram desistir, citam a dificuldade na compreensão da interpretação e nos textos escritos. Resiliência complementa:

São pontos que nos levam a reflexão e a construção de estratégias para romper com estas barreiras. Com a construção de estratégias pedagógicas e linguísticas, os 3 estudantes não desistiriam dos estudos e poderiam concluir suas graduações. Conversei também com o estudante de Design e fui informado de que há muitos entraves interpretativos, terminológicos e pedagógicos. Os profs. do curso não buscam adaptações para atender a demanda linguística deste estudante (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Importante pensarmos nas palavras que Resiliência reforça; nas entrelinhas, podemos alcançar a preocupação do Surdo Professor não somente com sua permanência e suas dificuldades dentro da universidade, mas sim, para todo público que necessita, assim como ele, principalmente de acessibilidade comunicacional. Resiliência cita a necessidade de criação de estratégias para que possamos romper com barreiras comunicacionais, cita também a importância de criação de estratégias pedagógicas e linguísticas, uma vez que, até mesmo o aluno surdo que permaneceu na universidade confessou ao Surdo Professor que os professores não buscam adaptações para melhoria de suas aulas e um melhor aprendizado desse aluno surdo.

É importante refletir sobre a equipe que deve atender esses alunos na universidade; existe o NACE - Núcleo de Acessibilidade que é regido pela resolução nº 11/2019 que contém vários profissionais que dão suporte ao aluno com necessidades específicas e atuam também na

conscientização desses profissionais para que eles possam entender melhor a demanda de seus alunos. Portanto, vale o questionamento: esses alunos tiveram suas dificuldades expostas para os setores de apoio da universidade? É importante registrar os objetivos do NACE, a seguir:

O atendimento em acessibilidade e inclusão educacional na UFPE é orientado pela Resolução nº 11/2019.

O NACE é composto pela Coordenação Geral e pelas Coordenações Setoriais de Acessibilidade.

Objetivos:

-Promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, nos diversos níveis de ensino oferecidos por esta instituição, garantindo condições de acessibilidade na UFPE;

-Articular-se intersetorialmente frente às diferentes ações já executadas na UFPE, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, pesquisa e extensão;

-Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo;

-Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NACE/UFPE. Nos campi do Agreste (CAA) e de Vitória (CAV) estão localizados os Núcleos Setoriais de Acessibilidade com a finalidade de descentralizar o atendimento em acessibilidade e inclusão educacional na UFPE (Site NACE - UFPE - acesso em 15/12/2023)

Ademais, a equipe do NACE no campus Recife é composta de diversos profissionais que dão suporte ao aluno em suas dificuldades, entretanto, em busca de maiores informações, refletimos a importância de ir em busca das equipes que compõem esses setores. A descrição está no site: no campus Recife existe uma equipe composta por:

- Coordenação Geral
- Assessoria
- Serviço de Apoio Técnico-Administrativo
- Setor de Acessibilidade Comunicacional
- Serviço de Atendimento em Acessibilidade e Inclusão Educacional – AAIE
- Ergonomia Inclusiva
- Serviço de Estudos e Assessoria Pedagógica em Acessibilidade
- Serviço de Pesquisa e Formação em Acessibilidade
- Laboratório de Acessibilidade da UFPE

- Central de Digitalização do Laboratório de Acessibilidade (LABC)
- Comissão Permanente de Acessibilidade Física.

Portanto, é importante entender o contexto dos alunos surdos desistentes e tentar pensar em estratégias que abarquem a equipe acima descrita para que esses alunos sejam tocados em suas dificuldades, que esses professores também sejam sensibilizados para que possam entender o perfil de seus alunos que são diversos.

Em continuidade, retomamos a fala de Deaf; apresentando uma noção temporal, o entrevistado demonstra em sua fala melhorias no que tange às barreiras de acessibilidade:

Quando fui professor substituto, enfrentei grandes obstáculos de comunicação, uma vez que havia somente um profissional disponível. Eu usava de estratégias como a escrita para tentar me comunicar com os ouvintes. A partir de 2014 foi disponibilizado um intérprete no turno da manhã. Na parte da tarde e à noite, continuávamos sem intérprete). Contudo, era necessário agendar a minha demanda para ter garantido a presença deste profissional. Mas, não é somente na secretaria que enfrento essas barreiras linguísticas. Na reitoria e em outros espaços da UFPE. Recorrentemente intérpretes eram alocados de um espaço para outro na universidade para atender demandas linguísticas. No período de 2014 a 2017 foi complexo devido à barreira linguística enfrentada pelos surdos na instituição. Quando o NACE foi criado [...] Por meio do NACE em agendamento solicitamos intérpretes, mas somente por meio de agenda. Solicitações de urgência (de última hora) não são atendidas pelo NACE. Então, ocasionalmente enfrento barreiras linguísticas na UFPE. Entretanto é importante ressaltar que, anterior ao NACE, nossa exclusão linguística era surreal (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22)

A fala do Deaf é importante para que possamos entender o avanço da universidade frente a ações afirmativas, uma vez que, inicialmente, esse professor tinha que utilizar estratégias arcaicas, mesmo tendo sua língua já reconhecida e em uso no seu país. Cita ele que, a partir de 2014, já foi disponibilizado um profissional Tradutor Intérprete de Libras em um turno. O entrevistado cita a criação do NACE como relevante, porém, ainda com limitações, uma vez que esses profissionais não atendiam demandas de urgência, somente por agendamento; ainda assim, ele comenta que antes do NACE a exclusão linguística era demasiada. É importante que possamos refletir sobre políticas e ações que deem suporte às minorias, principalmente dentro da universidade, uma vez que essas pessoas já enfrentam situações ao longo da vida, dentro da família, escola e sociedade, e quando se deparam ao nível superior deveriam ser validados enquanto pessoas e profissionais, pois a universidade é plural.

Deaf endossa em mais um comentário:

Procuro o NACE onde sou informado que devo esperar. Mas, pode ser algo urgente, que necessita ser resolvido naquele dia, naquela hora e sou obrigado a adiar. São situações que podem prejudicar meu trabalho. eu já disse aqui em outro momento do acesso à secretaria, às dificuldades de comunicação com estes setores, onde solicito o intérprete e, se não conseguir a presença do profissional, recorro à escrita para tentar me comunicar (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

Deaf explica que existem demandas que precisam ser resolvidas com uma velocidade maior e não podem esperar. A espera significa prejudicá-lo em determinados assuntos profissionais que precisam de celeridade. Para solucionar, ele acaba recorrendo à escrita da língua portuguesa escrita, que é a segunda língua dos surdos regulamentada pela Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005, a seguir, respectivamente:

Parágrafo único. Art. 13. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa (BRASIL, 2002)

[...]

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (Brasil, 2005).

No entanto, a primeira língua dos surdos é onde eles sentem mais conforto e conseguem se expressar naturalmente; para tanto, pelo português ser uma língua diferente da materna para os surdos, eles relatam ainda muitas dificuldades e a necessidade de um tradutor para os auxiliarem nas demandas que necessitam. Portanto, recorrer à escrita para resolver problemas urgentes não deve ser uma boa alternativa, tendo em vista que os surdos possam compreender erroneamente algo por não estar falando na língua de maior compreensão.

No entanto, procuramos tentar entender quais estratégias que os entrevistados buscam para enfrentar tais situações com a pergunta: **“Como você enfrenta tais barreiras e situações-problemas?”**. E, para nossa surpresa, Resiliência conseguiu responder nos seguintes termos:

Devemos enfrentar as barreiras por meio de denúncia, protesto porque nós temos uma legislação que nos resguarda. As ações devem partir de nós mesmos. Buscar a chefia de departamento, com a coordenação. Reclamar somente em conversas com outros professores não produz ações efetivas. Devemos recorrer ao poder administrativo que pode fazer mudanças e assim, romper com essas barreiras. Sempre que enfrento algum tipo de barreira eu recorro aos meus superiores. [...] Suponhamos que minha conversa com a chefia não surtisse efeito. Eu recorrería a outra instância superior e, se não desse resultado, invocava a ouvidoria da instituição faria uma denúncia e

abriria um processo e acompanharia o desenrolar da situação (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Anteriormente na fala do Resiliência podemos ver que ele demonstra como reage a tais situações; o diálogo é uma alternativa que o participante cita. Além disso, ele também endossa que as ações devem partir dos próprios prejudicados, ou seja, recorrer à exposição dos problemas para que estes sejam melhorados ou encaminhados para solução. No que se refere aos demais entrevistados, eles não responderam diretamente quais estratégias utilizam para enfrentar as barreiras. Surdidade, Ubuntu, Deaf e Orgulho continuam na resposta a essa pergunta, citando as barreiras que existem na universidade.

Sendo assim, entendemos que precisamos delinear os pontos principais comentados pelos entrevistados para que possamos, diante disso, procurar alternativas que auxiliem a universidade em propostas e possíveis melhorias.

4.3 Políticas e ações institucionais na perspectiva do Surdo Professor

Dando continuidade às análises, pensamos na importância de registrar o que cada entrevistado conhece acerca das políticas institucionais instauradas na UFPE, universidade na qual eles trabalham há pelo menos 10 anos. As perguntas norteadoras foram:

- Você conhece as políticas institucionais para a educação inclusiva da UFPE?
- Como você avalia as políticas de educação inclusiva?
- Quais poderiam melhorar para ampliar a inclusão?
- Quais os desafios em relação a políticas institucionais para o trabalho do Surdo Professor?
- Quais as principais unidades ou setores de interlocução do Surdo Professor na instituição para desenvolvimento do seu trabalho?
- Você participa de atividades de formação, planejamento ou avaliação realizadas na instituição?
- Cite as principais ações institucionais que considera importantes para a educação inclusiva na UFPE?

A partir dessas perguntas pudemos delinear mais o conhecimento dos entrevistados. O entrevistado Surdidade comenta que conhece políticas institucionais para a educação inclusiva, a seguir:

Sim, conheço as políticas. [...] As ações de políticas devem ser traduzidas para a Libras. a tecnologia pode contribuir bastante nesse aspecto. Essa é a questão: acessibilidade linguística (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

O Surdo Professor comenta que conhece as políticas, porém, ele direciona a resposta complementando que as políticas necessitam de tradução para a Libras, para que dessa forma os surdos tenham acesso a ela com profundidade sobre a legislação - acesso às normativas, entre outros. Além disso, Surdidade complementa: “enquanto professor eu entendo o propósito de políticas de educação inclusiva na UFPE. O atual reitor promove ações inclusivas, diferentemente da gestão anterior”. O professor complementa que as ações inclusivas promovidas por essa gestão são diferentes das anteriores do ponto de vista inclusivo.

No entanto, Surdidade aborda:

Professores ouvintes dos cursos de licenciatura desenvolvem mais ações acadêmicas do que surdos professores e, isso acontece em virtude da língua, o português. O português nos coloca (a nós profs. surdos) à margem no espaço acadêmico. Recorremos a outros meios (profissionais que não compõem o quadro administrativo da universidade) para nos auxiliar nessas questões linguísticas (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22).

Surdidade aborda uma questão que está correlacionada às questões de atividade docente, uma vez que ele comenta sobre as ações acadêmicas que são produzidas por professores, justificando como a língua portuguesa é a principal causa das ações acadêmicas serem de baixo número, segundo ele. Também afirma que o português os faz ficar à margem do espaço acadêmico; sentem-se excluídos pela questão linguística. Mais um ponto que merece atenção.

Quando questionado sobre as principais ações institucionais, Surdidade responde:

Eu acredito que as principais ações devam ser aquelas que promovam a acessibilidade linguística para os surdos professores na universidade em todas as pautas e agendas (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

A resposta de Surdidade demonstra que, para ele, as principais ações são aquelas em que ele pode estar presente, mediante acessibilidade linguística, independente se essa ação seja de grande escala, média ou pequena escala; para ele, as principais são aquelas que têm os profissionais para mediar a comunicação. Complementa Surdidade, ‘Na minha visão, houve avanços em relação às ações inclusivas na UFPE.’

Já Ubuntu reflete:

[...] Políticas de inclusão são importantes porque enfraquecem ações de exclusão com a comunidade surda. Políticas de inclusão são importantes. [...] eu vejo que há um esforço por parte da instituição, mas ainda precisamos

caminhar. Todavia, eu vejo o esforço nas ações de inclusão da UFPE (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

A entrevistada Ubuntu comenta sobre a importância das políticas de inclusão porque elas não excluem os surdos desses espaços, sendo assim, essas políticas de inclusão dialogam sobre as minorias com as minorias, uma vez que abrem espaços para que estes também estejam presentes nos espaços.

Além disso, a entrevistada complementa quando fala que enxerga o esforço da instituição, mas com ressalvas que ainda há muito o que melhorar; isso se deve às mudanças que a gestão da UFPE trouxe diante dessa nova reitoria, que promove ações voltadas a esse público, embora ressalte a necessidade de atenção. Aqui, destaca-se a importância de gestores que tenham compromisso com as ações afirmativas, em pensar acerca das minorias com a abertura para o diálogo acerca dessas minorias, promovendo-os onde antes não existia.

Ademais, quando questionada sobre as atividades promovidas pela UFPE, Ubuntu responde:

sim, participo destas atividades. Uma vez ou outra deixei de participar por questões de saúde. Percebo que essas atividades de formação devem incorporar a formação em Libras [...] uma formação pedagógica que discorra sobre a visualidade, sobre as questões surdas. As formações são muito voltadas para aspectos ouvintes e não surdos. É uma opinião minha (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

A entrevistada complementa com sua opinião que as formações também poderiam contemplar aspectos da Libras, isto é, podemos presumir que além dessas informações estarem acessíveis em Libras, que essas formações sejam ofertadas, e também proporcionem a formação em Libras propriamente dita, com formações direcionadas para apresentar também aspectos advindos da comunidade surda para a comunidade da universidade em um contexto geral. Reitera Ubuntu que “na última formação que participei no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) tinha intérprete”, o que demonstra também a preocupação da instituição de promover acessibilidade para a pessoa surda.

Os entrevistados Resiliência e Orgulho coadunam nas respostas:

Resiliência: Eu conheço a legislação que versa sobre este tópico. Mas, as Resoluções da UFPE que dissertam sobre as políticas institucionais eu não li. Conheço a legislação na generalidade, mas é relevante ler e conhecer as políticas institucionais. Vou me inteirar das Resoluções e ver se estes documentos tratam da acessibilidade (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

Orgulho: Sei que há, mas não possuo um conhecimento detalhado sobre o tema (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22).

Em resposta à pergunta, o entrevistado Resiliência comenta que conhece a legislação, porém, as próprias resoluções que dissertam sobre as políticas institucionais ele desconhece, porém, complementa que vai se inteirar mais destes documentos e buscar conhecer mais esses documentos. Da mesma forma, Orgulho também comenta que sabe que há, mas desconhece. É importante traçarmos um paralelo para que possamos entender mais um pouco do porquê esses entrevistados surdos conhecem superficialmente as políticas institucionais. Podemos, assim, **traçar um paralelo** com a resposta de Surdidade sobre a pergunta das políticas institucionais, quando ele responde que falta acessibilidade linguística para que eles se aprofundem diante dos conteúdos institucionais, o que podemos endossar ainda mais com a fala de Resiliência:

A leitura de uma Resolução que ainda não fiz e, quando o fizer, perceber que este documento não discorre sobre a acessibilidade, recorrerei ao NACE para reivindicar a ingerência do órgão em defesa da acessibilidade nos documentos oficiais da universidade. Foi bom refletir neste aspecto (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

O entrevistado afirma que não fez a leitura de resoluções que regem a universidade; porém, afirma que, quando o fizer, irá buscar melhorias e correções em prol da defesa da acessibilidade, intrínseca à temática. Resiliência reforça:

Eu não procuro ler as Resoluções. Fiz a leitura de um instrumento legal nº12.777 que versa sobre os direitos dos professores. Agora, as Resoluções expedidas pela UFPE, pelos departamentos e órgãos da instituição que trazem questões relacionadas a professores e estudantes como você disse, eu nunca precisei ler. Mas, pensando na acessibilidade é bom eu procurar fazer a leitura destes documentos (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Acima, o professor comenta que nunca precisou ler documentos institucionais, no mais, é possível perceber que essa entrevista trouxe para o Surdo Professor reflexões acerca da necessidade de estar informado sobre as resoluções que fazem a UFPE; ele ainda afirma que, “pensando na acessibilidade”, vai repensar em procurar fazer a leitura de tais documentos. Sobre as políticas institucionais da UFPE, Resiliência reforça:

Se não me engano, o NACE foi criado no ano de 2015 e, ajudou na acessibilidade começou a ser garantida. Então eu considero pertinente um núcleo na universidade que trata da acessibilidade e inclusão dentro da UFPE e de outras universidades. Julgo ser a ação principal da universidade, o núcleo de acessibilidade (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

No trecho anterior, podemos perceber que o Surdo Professor comenta que a ação principal da universidade é a criação do NACE - Núcleo de Acessibilidade, uma vez que esse núcleo trata sobre acessibilidade e sobre inclusão não somente dentro da UFPE. Ele diz que deve ser instituído em outras universidades também, o que nos faz refletir, já que esse Surdo Professor foi muito beneficiado com essa ação, logo, essa política/ação da universidade será a mais relevante para tal.

Deaf comenta sobre possibilidades que vieram em forma de conquista para a comunidade surda:

Eu entendo que as políticas de inclusão são importantes porque fomentam nosso ingresso na universidade e a possibilidade de construirmos conhecimento e, é relevante pessoas surdas entrarem na universidade por meio do ENEM para estudarem nos diferentes cursos da universidade como no curso de Educação Física, Arquitetura, Inglês (Letras) (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

O entrevistado comenta sobre a importância da política de inclusão e cita o Enem, Exame Nacional do Ensino Médio, que é uma política assegurada aos alunos, e especificamente para os surdos, o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que implementou o vídeo prova desde 2017 em parceria com a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Tal modalidade surgiu como uma conquista para os surdos, pois a partir de 2017 passaram a ter acesso à prova na primeira língua dos que têm a Libras como primeira língua. Sendo assim, o acesso a instituições de ensino tornou-se mais possível e a partir daí podemos encontrar mais surdos em diferentes cursos, pois, o acesso à prova em Libras deu a eles o direito de escolha ao curso, o que muitas vezes não acontecia, uma vez que existia uma tendência natural dos surdos de serem direcionados à escolha somente a um determinado curso, que é o curso de Letras Libras, por ser um curso bilíngue e ter a prova acessível em Libras e em Língua Portuguesa escrita. Assim como o Enem atualmente é, são semelhantes, mas ainda não, vestibulares diferentes; o Letras Libras atualmente é um curso com bastante surdos. Deaf sinaliza:

A presença dos surdos em outras graduações marca nossa língua, cultura e identidade e abre a possibilidade de partilhamento cultural. Estudantes ouvintes em contato com estudantes surdos viabilizam o uso da Libras e a difusão da disciplina de Libras. O ENEM é uma política de inclusão como o curso Letras Libras também o é (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

Ele comenta a importância do surdo se fazer presente em diferentes espaços, nos diferentes cursos, uma vez que, ocupando esse espaço, há a possibilidade de partilhamento cultural, uma fala importantíssima para nossa pesquisa, uma vez que a política institucional

quando visa à inclusão ela tem exatamente essa intenção, que os alunos partilhem suas culturas e convivam entre si. Outro comentário relevante foi quando ele diz que estudantes surdos e ouvintes estando em contato possibilitam mais a difusão da Libras. Deaf complementa:

o Letras Libras é uma ação institucional inclusiva. Não posso me manifestar em relação aos outros campi. Mas aqui onde trabalho eu vejo o Letras Libras como uma ação de inclusão pois é um curso onde há uma imersão na língua e cultura dos surdos. Em outros espaços da universidade a hegemonia linguística é do português. Mas, no Letras Libras, a língua majoritária é a Libras (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22)

Ainda apresenta de acordo com sua perspectiva outra ação institucional inclusiva, apontando para o curso de Letras Libras; reforça que dentro desse curso há majoritariamente pessoas falando em Libras, por terem em sua grande maioria surdos e/ou fluentes na primeira língua e sentir que dentro do curso ele não enxerga o Português como os demais lugares.

Agradeço a COVEST que incluiu no edital do processo seletivo do Letras Libras o pré-requisito, fluência na Libras.

[...]

No ano de 2014 no primeiro processo seletivo para o Letras Libras, houve equívocos, falhas: 5 candidatos sem fluência foram aprovados. E as aulas eram na Libras e, foi necessário a presença de intérpretes para estes estudantes e, nem sempre os intérpretes estavam disponíveis para interpretar as aulas. Isso foi muito desgastante para esse grupo que fizeram curso de libras em outras instituições paralelo à graduação. No segundo processo seletivo constou no edital a etapa de entrevista com perguntas simples como o porquê da opção pelo curso Letras Libras. Hoje temos no curso estudantes com fluência e alguns com menos fluência. Esta ação valoriza o curso (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

Deaf comenta um fato ocorrido no passado, quando o vestibular de Letras Libras iniciou, fato esse que fora corrigido a partir do segundo edital e os alunos que conseguiram entrar no curso sem a fluência adequada, tiveram que correr atrás de cursos para adquirir a fluência.

É importante que possamos falar mais sobre a socialização entre surdos e ouvintes: são surdos professores e ouvintes da universidade e a difusão da Libras para esses professores que estão na universidade em diferentes cursos, através de cursos de Libras básicos ofertados pelos próprios professores em sua grande maioria por projetos de extensão.

Com as coletas de entrevistas para essa categoria, esperamos trazer uma perspectiva acerca do que os docentes surdos explicam sobre políticas institucionais, além de também tentar

trazer o que os surdos professores dizem acerca das ações da UFPE, procurando saber quais as atividades que eles participam mais dentro da instituição.

Podemos perceber que existem diversos setores comentados pelos surdos professores nos quais eles transitam dentro da universidade, porém, ao pesquisar, pudemos encontrar algumas instruções normativas voltadas para políticas inclusivas dentro da instituição. Porém, o fato dos surdos não terem acesso, seja pelo fato de estarem dispersos dentro de páginas do sistema, é necessário que o professor busque essas portarias, normativas e instruções para que sistematize e correlacione à sua área/função. O novo sistema da universidade é o SIGAA - é uma nova dinâmica institucional e que precisa de atualização constante, porém, precisa que exista também a busca dos professores e a procura para a tradução e interpretação em Libras.

No entanto, podemos perceber que os professores solicitaram muito acesso a essas informações de políticas institucionais na primeira língua deles, Libras. Por conseguinte, sentimos a necessidade de coletar algumas ações da universidade que estariam em forma de arquivos no site ou Youtube e que estejam em Libras. A seguir, mostramos fotos das telas onde encontramos instruções ou materiais que estão em Libras.

Figura 1 - Foto do site da universidade onde explica que são tutoriais em vídeos

Encontros com a Prograd - SigaA

Nesta página você encontrará vídeos e tutoriais produzidos pela PROGRAD para orientar nos procedimentos a serem realizados no SigaA. No link, a seguir, consta o Cronograma das formações "Encontros com a Prograd - SigaA".

- Cronograma dos Encontros 2023
- Registro dos Encontros com a Prograd - SigaA - ano 2023

Coordenação de Curso / Escolaridade	Estudante	Docente	Monitoria
Vídeos • Matrícula no estágio como atividade individual pela coordenação SigaA • Matrícula no TCC como atividade individual pela coordenação SigaA • Oferta de estágio como atividade coletiva SigaA • Oferta de sub-turma SigaA • Oferta de TCC como atividade coletiva SigaA • Oferta de turma com horário SigaA • Oferta de turma híbrida SigaA • Oferta de turma modular SigaA • Oferta de turma sem horário SigaA • Registro de atividade autônoma pela coordenação SigaA			
Tutoriais			

Pró-Reitoria de Graduação (Prograd)	
A Prograd	>
Agenda da Prograd	>
Aulas de Campo	>
Consulta Pública	>
Consultar Diplomas	>
Encontros com a Prograd - SigaA	>
ExpoUFPE	>
Estágio na Graduação	>
Guia de Normatizações da Graduação	>
Matrícula da Graduação	>
Mobilidade Acadêmica	>
Monitoria	>
NIATE	>
Pibid	>
Política de formação de professores	>
Programa de Educação Tutorial (PET)	>
Projeto Pedagógico	>
Projetos Institucionais	>
Publicações da Prograd	>

Fonte: Site da UFPE. Acesso em: 12/12/2023.

Acima segue foto do site da universidade, onde apresenta uma lista de vídeos tutoriais, explicando como fazer dentro do sistema que é online determinadas ações, como por exemplo: matrículas, ofertas de estágios, registro de atividades. E, quando abrimos o link, o vídeo segue com janela em Libras explicando o tutorial na língua do surdo. A seguir:

Figura 2 - Foto do vídeo tutorial da universidade com janela em Libras



Fonte: Site da UFPE (<https://www.ufpe.br/prograd/encontros-sigaa>). Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 3 - Foto de um vídeo informativo da universidade com janela em Libras



Fonte: Youtube da UFPE. Acesso em: 12 dez. 2023.

Figura 4 - Foto de um vídeo informativo da universidade com legenda em Língua Portuguesa



Fonte: Youtube da UFPE. Acesso em: 12/12/2023.

Figura 5 - Foto de um evento do Curso de Direito da universidade com intérprete posicionado para a câmera



Fonte: Youtube da UFPE. Acesso em: 12 dez. 2023.

Diante das figuras reunidas e expostas anteriormente, é relevante sempre pensarmos em como incluir ainda mais as minorias presentes na universidade, uma vez que é notório perceber

que recentemente houve mais vídeos com adesão à janela de Libras e/ou à legendagem. É possível inferir isso apenas olhando os vídeos de 4 anos atrás e os vídeos desse último ano, por exemplo. Ademais, apesar do YouTube já apresentar legendagem automática, esse tipo de recurso não é muito confiável por conter erros na compreensão do áudio do vídeo; portanto, a melhor forma é inserir essas legendas manualmente, conferindo assim o texto com o áudio. No que se refere ao acesso à primeira língua nos documentos, Orgulho conclui que:

[...] as Resoluções! Estes documentos tratam do nosso trabalho, da nossa carreira...precisamos ter acesso a estes documentos na nossa língua, da mesma forma que outros professores ouvintes têm. Não somente as Resoluções, as pesquisas, a extensão também (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22)

Além disso, muitas dessas ações institucionais que visam beneficiar os estudantes são informadas muitas vezes por vídeos ou chamados em textos, ou até mesmo editais. Esses meios que utilizamos para poder informar os alunos daquela oportunidade, nesse caso o aluno surdo, estariam recebendo essas informações somente se estas estiverem em Libras - com a janela do Tradutor Intérprete de Libras ou, ainda, com a legenda em português, lembrando que, em português ainda sim, é possível que esse surdo perca informações cruciais para a adesão ao programa, uma vez que ele estará lendo na sua segunda língua.

Já ao que se refere à participação dos surdos na universidade, Resiliência apresenta:

Geralmente antes do início das aulas, faço uma visita ao núcleo e já me encontrei com outros profs., que estavam em busca de orientação em relação aos estudantes. Creio que vou até o NACE por este órgão ser coordenado por um profissional que sabe a Libras do contrário, minha presença não seria constante como o é em outros espaços da universidade (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

É possível inferir no trecho acima que os espaços em que os surdos frequentam mais são aqueles espaços em que eles se sentem mais confortáveis linguisticamente, uma vez que, ele afirma, sempre antes do início das aulas está presente no NACE porque esse local é coordenado por um profissional que sabe Libras. Ainda afirma que, caso não o fosse, a presença dele não seria tão frequente como em outros espaços da universidade.

4.4 A perspectiva do Surdo Professor sobre melhorias na universidade

Para que possamos elucidar mais sobre esse professor e sua prospecção acerca do seu espaço de trabalho e seu futuro dentro dele, pensamos na pergunta: “Da sua experiência enquanto professor universitário, você gostaria de acrescentar algo ou de trazer alguma sugestão

final para a instituição?”. Veremos a seguir um pouco do que os surdos professores esperam da instituição.

Inicialmente, Surdidade comenta que,

É preciso que seja assegurado ao prof. de Libras uma acessibilidade linguística de qualidade como na licenciatura, por exemplo. Quero me aposentar como prof. de Libras trabalhando nos cursos de licenciatura (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

A prospecção de Surdidade coaduna com toda sua fala durante o trabalho, quando afirma que deseja a segurança de uma acessibilidade linguística e cita a licenciatura como exemplo. Além disso, percebe-se a esperança quando Surdidade comenta que vai se aposentar trabalhando nos cursos de licenciatura. Ademais, Surdidade comenta:

Garantir que a Libras tenha o mesmo status linguístico que o português promove estudantes e profs. surdos ao mesmo patamar que estudantes e profs. ouvintes. Assim, não haverá prejuízo linguístico social e cultural para os surdos na UFPE (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

O desejo é que a Libras tenha o mesmo status linguístico, esteja no mesmo patamar com a língua portuguesa. Surdidade apresenta essa fala como um sonho, pois reafirma que esse desejo é para que os alunos e professores e comunidade surda em geral não tenham mais prejuízos linguísticos e nem culturais na universidade. Ainda, Surdidade reitera:

Precisamos pensar numa estratégia de “plantão” de intérpretes para atender demandas e imprevistos que surgem de última hora na universidade, como por exemplo, reuniões. Há políticas sendo implantadas, mas nosso acesso é prejudicado pela ausência de profissionais da tradução e interpretação (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

Surdidade apresenta a necessidade latente da solução dos profissionais intérpretes de Libras, por causa dos prejuízos já vivenciados por ele dentro da universidade. Apresenta junto à sua prospecção uma solução, quando podemos verificar anteriormente na fala dele. Além disso, Surdidade reforça:

É necessário a abertura de concurso público, de processo seletivo para tradutores e intérpretes de Libras [...] Necessitamos de profissionais qualificados nível E visto que para a atuação destes profissionais na pós-graduação (mestrado e doutorado) requer conhecimentos que profissionais nível D são insuficientes. Sabemos da extinção do quadro administrativo do cargo de nível E para tradutores e intérpretes feita pelo governo passado. Por isso, eu tenho esperanças na viabilidade de abertura de concurso público para

intérpretes de Libras. Precisamos garantir nosso direito linguístico (Surdidade, entrevista realizada em 28/04/22)

Esperançoso, Surdidade aposta nas soluções através da abertura de concursos públicos ou em processos seletivos para o aumento da equipe de Tradutores Intérpretes de Libras na universidade; entretanto, sabemos que não somente essa alternativa resolveria as demandas dos surdos professores na UFPE. Ainda em uma de suas falas, Surdidade reafirma que precisa garantir o direito linguístico e comenta *‘Acredito numa mudança em breve.’*

Já o ponto de vista de Ubuntu perpassa por vários espaços da universidade, entre eles:

Bom, para melhorar, eu vejo que há um interesse maior por parte dos estudantes de outros cursos como a medicina em aprender Libras. é necessário um ambiente acadêmico mais confortável linguisticamente para os surdos que estão e para os que vão chegar na universidade (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

A entrevistada cita que tem uma perspectiva que outros estudantes de outros cursos aprendam Libras, para que os surdos passem a ter um ambiente acadêmico mais confortável linguisticamente uma vez que os ouvintes estejam aprendendo Libras. Ubuntu cita mais especificamente o curso de medicina. Podemos inferir, então, que a área da saúde é uma área que precisa de maior atenção; além disso, Ubuntu endossa:

Eu penso que precisamos aumentar o número de profs. surdos, expandir a acessibilidade [...] há uma grande demanda de profs. de Libras e de intérpretes. Então é preciso abertura de concurso público para profs. de Libras e tradutores e intérpretes de Libras para assim, vivenciarmos a inclusão na UFPE. [...] precisamos lutar, pressionar por isso. Também no curso Letras Libras há carência de professores [...] faremos uma reunião para análise de dados e apresentaremos ao MEC para assim, abrimos vaga para professor de Libras para a licenciatura também (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22)

O desejo do aumento de surdos professores é peculiar do entrevistado Ubuntu, porém o desejo de expandir a equipe de intérpretes de Libras coaduna com Surdidade, uma vez que ambos expressam o mesmo desejo de aumentar os profissionais devido à alta demanda na universidade. Ainda mais, ela comenta que com as análises de dados dessa entrevista e outros dados da universidade, como altas demandas - suponho -, levaremos ao MEC esses dados para apresentar comprovação de abertura de vaga de mais professores e intérpretes de Libras. Ademais, Ubuntu reitera:

Todas as unidades e setores desta instituição de ensino compõem a UFPE. Não podemos conceber que cursos que tratam sobre a língua de sinais sejam

apêndices da universidade, que fiquem à margem. Ficando parecendo uma universidade dentro de outra universidade. Não pode haver concorrência de status entre os cursos. É necessária uma interlocução real entre os cursos e setores da universidade. Quando de fato visualidade, estou falando da visualidade pertence aos surdos, aos ouvintes, visualidade para toda a comunidade da UFPE. Eu vejo que há nas atitudes uma concorrência entre os cursos e se esquecem que a universidade é única e diversa. Para melhorar precisamos ser mais coletivas e menos individuais. Dialogar com compromisso e responsabilidade (Ubuntu, entrevista realizada em 04/05/22).

Ubuntu aponta a importância de ser protagonista dentro da universidade; esse é um desejo expresso acerca da fala acima, para que não haja exclusão dentro da universidade, que ela possa ser diversa, inclusiva e social. Ubuntu também aborda sobre a necessidade de unir-se mais dentro da universidade para um propósito maior, através das atitudes de cada um, porém, sempre pensando no plural unificado.

Além desse eixo, no que tange ao diálogo entre outros, também é importante trazer que Resiliência abordou uma necessidade intrínseca à disciplina de Libras bem como Ubuntu (anteriormente citado): “Acredito que no contexto clínico (cursos da área da saúde, como medicina) deveria haver exigência da cadeira de Libras”. É importante salientar que Resiliência solicita que haja a disciplina obrigatória de Libras. Como as demais disciplinas que fazem parte da grade curricular do curso, Libras também seria uma delas, e não somente como disciplina eletiva. É importante lembrar que a disciplina de Libras teve que entrar como disciplina curricular obrigatória, segundo o Decreto nº 5.626/2005 nos cursos de fonoaudiologia e nas licenciaturas diversas. Segue:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...]

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Tal comentário de Resiliência nos faz refletir sobre a real necessidade de profissionais da saúde já saírem da universidade com o curso básico ou introdutório da Libras, e, além disso, terem uma noção da Libras básica ou que consigam comunicar-se com uma pessoa surda, uma vez que a saúde é uma área que ainda precisa de muitas melhorias e uma maior disseminação acerca da Língua e do atendimento à pessoa surda.

Para Deaf, existem outras questões que estão imbuídas em sua realidade:

Mas precisamos avançar em ações que tratam de projetos de pesquisa que discorram sobre um banco de dados do curso Letras Libras. Por meio de um moodle que aborde um dado de dados. É imperioso que o site do curso Letras Libras tenha uma plataforma que possa ser alimentada com os trabalhos dos estudantes do curso, com as pesquisas desenvolvidas, glossários e não termos como referência somente a UFSC ou o INES (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

A sugestão de Deaf é que tenhamos mais projetos de pesquisa e em sua fala ele apresenta uma proposta de um projeto: uma criação de um banco de dados de sinalário em Libras; comenta que deseja que essa plataforma continue sendo alimentada pelos participantes de tal projeto; também cita a importância de não ficarmos somente presos a referências já conhecidas como por exemplo a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e o Instituto Nacional de Ensino aos Surdos - INES. Endossa Deaf:

No moodle do nosso curso, temos a oportunidade resguardar nosso regionalismo nordestino. Os cursos de licenciatura, Pedagogia e Ciências Biológicas também podem alimentar este banco de dados com os trabalhos desenvolvidos em torno da Libras. essa ação é fundamental pois ampara as pesquisas acadêmicas sobre a Libras. a inclusão do meu ponto de vista acontece por meio do Letras Libras (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22).

Em sua fala, ele ainda complementa que há a necessidade desse banco de dados ser alimentado por diferentes áreas; cita por exemplo os cursos de licenciatura, pedagogia e ciências biológicas - é possível inferir que a escolha dessa fala em tais cursos distintos seja porque existem discentes surdos cursando, os quais poderiam estar frente a tais demandas.

Quando comentamos de melhorias e ações que podem gerar benefícios, Orgulho reforça:

Uma articulação entre a reitoria e os demais setores, departamentos e órgãos da universidade poderiam buscar a construção de caminhos para uma comunicação básica que garantisse a acessibilidade na UFPE. Avalio que essa articulação nos beneficiaria (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22)

O foco de Orgulho está no diálogo com a gestão e os demais setores que abraçam a universidade, com o intuito de garantir a acessibilidade dentro da UFPE e criar outros caminhos que facilitem a vida daqueles que dependem dessas políticas. Ainda com Orgulho percebemos que existiu em sua fala uma necessidade de melhoria: “Uma grande barreira é a falta de

tradutores e intérpretes de Libras na universidade. É necessário ampliar o número destes profissionais na instituição” (Orgulho, entrevista realizada em 15/06/22)

Tal comentário é importante, uma vez que, para sanar uma barreira de acessibilidade, é necessário, do ponto de vista dela, uma solução, e uma projeção apresentada pela entrevistada é ampliar o número destes profissionais na universidade. Orgulho enfatiza a necessidade de ampliar o quadro dos profissionais intérpretes; endossa: *‘é preciso ter abertura de vagas para intérpretes e tradutores’*. Porém, a abertura de vagas para concurso ou contratação de profissionais intérpretes de Libras é um fator que não depende da gestão da universidade e sim de instâncias superiores, como o governo federal.

Ademais, Resiliência apresenta sua perspectiva inerente a projeções dentro da universidade:

A universidade foca nas ações acadêmicas. A educação bilíngue de surdos necessita ser discutida por pessoas que vivenciam a questão mais de perto como, por exemplo, as prefeituras. É possível que pesquisadores das universidades se disponham a contribuir com as ações educacionais dos surdos como uma ação voluntária. E a partir da estruturação das diretrizes pedagógicas, a educação bilíngue de surdos pode ter acesso aos recursos financeiros oriundos do poder público (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Percebemos na fala de Resiliência uma preocupação com uma instância ainda maior além das projeções de melhorias da sua existência na universidade. O desejo de Resiliência perpassa os muros da universidade e trata de questões anteriores à chegada como aluno ou profissional na universidade; se vale sobre o chão da escola e uma reestruturação para os surdos e seus profissionais dentro da educação bilíngue. Com Resiliência existe a ideia de utilizar a universidade para dar o suporte a discussões e estudos voltados para o currículo dessa educação bilíngue. Endossa Resiliência:

Uma vez que nós surdos experienciamos a educação, há a probabilidade de abertura de espaço para a reflexão e ação na organização do currículo, de materiais didáticos é possível êxito no processo de aprendizagem dos estudantes surdos (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

O foco para suas projeções frente à UFPE está em debater melhorias para antes da entrada desse aluno na universidade, está no processo de ensino e aprendizagem voltado para as crianças surdas, no processo de melhoria para formação desses profissionais. Além de tudo, Resiliência ainda traz mais um ponto de discussão que podemos inferir de sua fala:

os professores graduados nos cursos de Letras Libras podem somente mediar o conhecimento da Libras e as demais disciplinas?? Na Educação Infantil e

nos anos iniciais do Ensino Fundamental é necessário a presença do pedagogo com conhecimento da pedagogia bilíngue, pedagogia visual e pedagogia surda. E no Brasil há um número irrisório de profissionais com esta qualificação. E a LDB é uma lei federal, temos 27 Estados, o Estado de Pernambuco por exemplo, tem 185 municípios. Serão criadas 185 escolas bilíngues de surdos? (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Resiliência levanta um ponto de discussão peculiar; dentro desse trecho podemos notar a preocupação do Surdo Professor ainda no chão da escola, não somente o que ele pensa sobre melhorias para ele ou para a categoria dele; o trecho comenta sobre a educação bilíngue de seus profissionais, quando cita que no curso de Letras Libras teremos o professor que ensina a Libras, mas, no entanto, e as outras disciplinas? Podemos inferir do trecho que essa preocupação está envolvida por uma sugestão: a criação de cursos voltados para a pedagogia bilíngue, pedagogia visual e pedagogia surda, o que engloba a formação de professores que estarão frente a essas crianças surdas nas escolas bilíngues. O curso de pedagogia bilíngue tem o foco principal na criança surda e na produção de materiais voltados para sua alfabetização, na compreensão dessa criança e como letrar essa criança que tem a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua, complementa Resiliência:

Há a probabilidade de abertura de espaço para a reflexão e ação na organização do currículo, de materiais didáticos é possível êxito no processo de aprendizagem dos estudantes surdos. Digo isso porque muitos professores ouvintes organizam suas aulas, os materiais didáticos na sua perspectiva e não na perspectiva surda. A presença do prof. surdo possibilita o olhar surdo sobre a sala de aula e os métodos pedagógicos. [...] É significativo que, numa equipe de profissionais que organiza e estrutura as trilhas pedagógicas bilíngues haja profissionais surdos (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

Diante da fala de Resiliência, percebemos que o protagonismo do Surdo Professor segue imbuído por sugestões de melhorias para a comunidade surda, não somente o pensar na universidade; porém, ao pensar nas discussões da sala de aula da universidade, ele dialoga sobre métodos pedagógicos e propõe o aproveitamento desses profissionais para a discussão do currículo e melhorias para os alunos surdos pertencentes à escola bilíngue.

Dando continuidade à fala Resiliência, porém, abarcando agora sugestões de melhorias dentro da universidade, apresenta:

É apropriado recorrermos ao NACE e solicitar uma ação em torno da qualidade tradutória dos intérpretes. os profs. e estudantes surdos devem se posicionar e apresentar suas demandas em relação à qualidade do serviço prestado pelos tradutores e intérpretes da UFPE (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22).

Resiliência sugere que seja feita uma ação voltada para a qualidade tradutória do intérprete de Libras e, além disso, pedir aos alunos surdos uma espécie de avaliação do serviço do profissional como uma estratégia de intervenção nesses pontos que forem citados pelos alunos para sanar as lacunas necessárias. Outra sugestão de Resiliência:

Outra sugestão/reivindicação, seria a acessibilidade linguística assegurada em todos os espaços e ações da universidade. Tradução e interpretação com janela de Libras na NTVRU da UFPE; a UFPE pode se valer da tecnologia para assegurar a acessibilidade na instituição, utilizando QR code; selecionar estudantes surdos como bolsista na área da tradução de documentos (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

Anteriormente, Resiliência apresenta uma sugestão para que todas as ações e espaços da universidade pudessem ter acessibilidade linguística, que esses documentos institucionais sejam traduzidos para Libras, com parceria também das tecnologias - uso do QR code - e também sugere a contratação de bolsistas na área da tradução de documentos. Complementa Resiliência:

Nas reuniões vejam os profs. ouvintes se cumprimentando, trocando ideias e, eu, à margem. É um sentimento desagradável. Gostaria de participar ativamente do grupo de profs. ouvintes da UFPE. É um desafio e, eu gostaria que a UFPE organizasse um projeto, uma ação que estimule a interação entre surdos e ouvintes. Quem sabe sua pesquisa pode apontar estratégias na solução deste distanciamento acadêmico entre nós e os ouvintes (Resiliência, entrevista realizada em 05/05/22)

Ainda sugere que a UFPE crie um projeto que pense em estratégias para a solução do distanciamento acadêmico entre surdos professores e ouvintes, devido ao entrave comunicativo.

Contudo, vale ressaltar a fala de Deaf:

Se olharmos para o passado não muito distante, a Libras não tinha espaço na UFPE e hoje, floresceu! Deu frutos! É isso é resultado do nosso trabalho, das nossas ações em todos os setores da instituição. Esse impacto me deixa satisfeito (Deaf, entrevista realizada em 09/05/22)

Isto é, ainda que existam necessidades de melhorias e, sim, estão descritas nesse trabalho, é com satisfação o trecho anteriormente trazido, onde Deaf comenta que enxerga grandes mudanças na universidade; como ele diz: *'Floresceu'*. Afirma que tal evolução também se deve muito às ações desses surdos professores nos diversos setores na universidade, apresentando, assim, satisfação ao finalizar sua entrevista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomam-se aqui os objetivos da presente pesquisa. Realizar essa pesquisa provocou uma profunda reflexão acerca do papel dos surdos professores, ou seja, além de assumirem papel importante de professor, entre eles, existe uma peculiaridade: a surdez. Cinco surdos professores dentro da universidade e um Surdo Professor pesquisador. Nesse caso, pude realizar entrevistas e analisar dos dados gerados pelos meus colegas de trabalho. Tal atividade me trouxe a possibilidade de releituras frente a diferentes espaços da universidade, porém, foi um trabalho em que tive de entender que estava apenas como espectador, analisando ali, diante das entrelinhas, o que não é um papel tão simples, porém, cumprido.

Inicialmente, através dos cinco participantes, e para que pudéssemos chegar nas respostas, tivemos que pensar nas perguntas trazendo à tona reflexões e vivências que somente também como um Surdo Professor experienciei, diante de inquietações sentidas. A partir disso, buscamos apresentar uma perspectiva do PROTAGONISMO DO PROFESSOR SURDO NAS POLÍTICAS DA UFPE.

Meu testemunho como Surdo Professor, integrante da comunidade acadêmica da UFPE, é que muitas vezes me percebi invisível diante dos demais colegas de trabalho, estudantes e técnicos. Nessas considerações finais, em consonância com meu sentimento, delineamos uma forma de apresentar um compilado das falas dos participantes entrevistados, dialogando com o objetivo geral que é analisar as contribuições das políticas para a educação inclusiva no contexto da UFPE a partir da visão ou concepção do Surdo Professor.

Buscamos contemplar também os nossos objetivos específicos; pudemos entender mais a fundo o que os participantes pensam sobre tais objetivos:

- 1) Caracterizar as políticas institucionais para a educação inclusiva da UFPE;
- 2) Caracterizar as experiências dos surdos professores e professoras surdas na UFPE diante das políticas institucionais para a educação inclusiva;
- 3) Analisar as políticas instituídas da UFPE para a inclusão dos e das professores/as surdos.

Inicialmente, buscamos contextualizar o nosso leitor traçando melhor o nosso aparato teórico apresentando dimensões dos estudos surdos e abrangendo a cultura e a identidade surda. Para atingir tais propostas, tomamos por base a literatura e pesquisas existentes que contribuem para o entendimento da comunidade surda. Na perspectiva dos estudos surdos, Lopes (2017) defende ideias de vivência cultural e linguística que os surdos precisam ocupar, em paralelo ao pensamento de Perlin e Strobel (2009) com as descobertas dos mitos e culturas dos surdos.

Perlin (2003) coloca em debate os conceitos de alteridade e diferença (eu e o outro) no que tange a comunidade surda, desenvolvendo-os com o debate sobre cultura e identidade surdas. Na mesma linha também Skliar (2003) trata de alteridade e de fatos que vivenciam os surdos apoiados com Strobel (2007), que apresenta situações que enxergam o surdo como “coitadinhos”, agindo com capacitismo sobre o surdo. Por sua vez, incluímos Rosa (2012) com os estudos das identidades, o que nos fez refletir sobre a convivência surdo-surdos. Em face de melhor compreensão do leitor, apresentamos a pesquisa de Miorando (2006) que explica sobre o ser professor, e reflete sobre o tipo de escola que os surdos vivenciam. No que tange às questões formativas, Albres (2014) entende os caminhos dos estudos formais da língua de sinais e os modos de construção das bases educacionais e pedagógicas do fazer docente.

Diante de todo aporte teórico apresentado, ainda há muitas outras questões que devemos incluir em face da contextualização do profissional surdo em seu ambiente de trabalho docente e seu histórico embebido de estudiosos e pesquisadores da comunidade surda. Buscamos compreender com as análises o cenário do trabalho dos surdos professores pesquisados, porém não esquecemos de inseri-los no contexto histórico, uma vez que os surdos em outras épocas jamais se imaginaram onde estão hoje, devido a mudanças proporcionadas pelas políticas de inclusão e, conseqüentemente, pelas políticas institucionais implementadas.

De início, pudemos perceber, a partir das análises, que os participantes se veem um pouco divididos em suas respostas; alguns comentam que faltam ações de unidade entre os profissionais surdos da universidade; comentam da importância da articulação desses professores e de trabalhos coletivos permanentes entre eles.

Enfatizam que ensinar a Libras é uma prática muito peculiar ao surdo, devido à língua estar na vivência cotidiana deles, assim como as barreiras serem vivenciadas por eles próprios. Então, não há nada mais oportuno do que eles estarem nessa função, além de também servirem de modelo para outros surdos, como uma inspiração, uma vez que eles servem de referência. Quanto mais surdos em ambientes da universidade, menos diferenças terão, uma vez que terão que conviver e encontrar estratégias de comunicação com os colegas de trabalho, além de perceber que surdos passaram a ocupar cargo de chefia, coordenação de curso etc. de alguns anos para cá. A partir da gestão que se iniciou em outubro de 2019, ganha-se amplitude e avança ainda mais em espaços diversos dentro da universidade, podendo assim dialogar horizontalmente com seus pares.

A dificuldade na língua portuguesa é algo bastante comentado entre os participantes, uma vez que eles sabem que a língua majoritária do país em que vivem é a língua portuguesa, inclusive, até acreditavam que não poderiam ir muito longe (profissionalmente) devido à

questão linguística. Porém, com o passar dos anos, pudemos notar na fala dos participantes, que mais surdos foram estudando e galgando maiores passos para que estivessem hoje lecionando na universidade. Assim, é importante dar suporte a esses professores no que tange ao domínio da Língua Portuguesa Escrita.

Um aspecto que se sobressaiu entre os cinco participantes foi a necessidade de aumentar o quadro de Tradutores Intérpretes de Libras da universidade, por diversos pontos:

- Atendimento aos surdos em departamentos e setores em que os surdos precisam;
- Tradução de materiais;
- Reuniões com coordenação;
- Prioridade de alunos e não para professores (devido ao pouco quantitativo de intérpretes);
- A troca de bolsistas intérpretes por profissionais intérpretes formados;
- Mais intérpretes no curso de Letras Libras;
- Tradução com intérprete dos materiais de formação para os professores;
- Inserir o trabalho de tradução em texto escrito para Libras.

A temática do intérprete de Libras foi a que mais se destacou; os participantes abordaram em diferentes pontos sobre a necessidade desses profissionais, assumindo a mesma perspectiva que não difere das falas dos demais professores entrevistados sobre a necessidade latente de mais contratação de intérprete de Libras: Surdidade, Ubuntu, Resiliência, Deaf e Orgulho. Aumentar a quantidade de intérpretes em específico no curso de Letras Libras porquê nesse curso existem mais demanda de alunos e surdos professores e, por isso, a solicitação do entrevistado para o aumento dos intérpretes nesse curso.

Diante das políticas institucionais da universidade, os participantes se dividiram entre os que já tinham lido resoluções e entender sobre a criação de tais políticas e outros que desconheciam e apresentaram dúvida sobre elas. Portanto, encontramos uma lacuna que sugerimos que deva ser sanada. Alguns professores também responderam que frequentam as ações da UFPE, porém, também comentam sobre a acessibilidade linguística dentro dessas ações.

Ademais, é importante relembrar que a universidade possui duas pessoas surdas em cargos de alta relevância na gestão; são surdos professores que estão nesse papel de gerir, uma pessoa surda está à frente de um curso de graduação e a outra tem por atribuição gerir um setor

que vai além de Recife, contemplando também Caruaru e Vitória. Portanto, podemos notar, com isso, que barreiras já vêm sendo superadas.

Tudo depende do olhar que a gestão tem para esses profissionais surdos e, de acordo com as mudanças pautadas acima, percebe-se que muito já mudou para melhor, uma vez que essas pessoas surdas nessa gestão começam a ter espaço para assumir cargos de relevância assim como os ouvintes já ocupam, podendo inferir que essas barreiras estejam tomando outras formas.

Listamos abaixo, a partir da análise realizada, aspectos das políticas inclusivas que precisam ser melhoradas ou sanadas:

- Melhor articulação dos surdos professores e de trabalhos coletivos permanentes entre eles na universidade;
- Desenvolver projeto de apoio ao ensino da escrita da língua portuguesa voltado aos surdos professores da universidade;
- Ampliar a presença dos TILS (Tradutores Intérpretes de Libras) nos três turnos em setores que existem profissionais surdos;
- Estimar os surdos professores para dar orientação aos discentes de TCC com temáticas voltadas à surdez e à inclusão;
- Ampliar a presença de servidores técnicos aptos para comunicar-se com os surdos professores em diferentes setores da universidade;
- Realizar a mudança na escala de prioridade da universidade no que tange à acessibilidade, tendo o professor e o aluno no mesmo patamar de prioridade;
- Melhorar a atuação dos tradutores intérpretes de Libras por meio de projetos de extensão e capacitação para esses profissionais;
- Realizar a contratação de mais intérpretes de Libras formados para a universidade;
- Realizar a tradução de editais dispostos pela UFPE, tradução de resoluções e tradução do site da universidade para Libras.
- Ampliar as vagas para surdos professores na universidade para um melhor funcionamento nas disciplinas;
- Realizar a abertura de espaço para discussão do currículo e materiais didáticos voltados para os alunos surdos e metodologias de surdos professores.

Por outro lado, é necessário que exista o esforço por parte do docente surdo; que ele busque ler resoluções ou tentar entendê-las, uma vez que já existem alguns materiais traduzidos para Libras e o docente surdo pode tentar solicitar um apoio de um intérprete a depender da sua agenda, para que entendam tal proposta ou resolução ou edital. É importante que evitemos a dispersão de materiais da instituição, principalmente aqueles que são traduzidos para Libras.

Esses são alguns achados que pudemos tecer como considerações finais em relação ao Surdo Professor dentro da universidade. Trata-se de uma primeira tentativa de compreender como os surdos professores atuam na universidade e como lidam com tais situações, além disso, quais foram as lacunas que eles encontraram e encontram diariamente. Certamente, essa pesquisa suscitará novos olhares e a possibilidade de pensar novas estratégias para lidar com surdos professores pertencentes a esta universidade, e se estenderá a outras universidades que tenham em seu quadro docentes surdos.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. A.; NASCIMENTO, M. V. B. Currículo, ensino e didática em questão: dimensões da formação de tradutores/intérpretes de língua de sinais. *Caderno de Letras* (UFPEL), v. 2, p. 221-243, 2014.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: Informações e Documentações: referências elaboradas*. Rio de Janeiro, 2000.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.426* de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.098*, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. *Lei nº 8.213*, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais: *Adaptações Curriculares*. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC / SEF / SEESP, 1999. p. 62.

BRASIL. *Decreto nº 5.296* de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 out. 2023.

BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.

CUNHA, Júnior, Elias Paulino da. *Surdos professores: a constituição de identidades por meio de novas categorias pelo trabalho em territórios educativos*. 2022. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/26486>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DECLARAÇÃO e Programa de Ação de Viena. onumulheres.org, 1993. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf. Acesso em: 14 dez. 2024.

FERREIRA DOS SANTOS, Onassis. *Representação social dos alunos de educação física da UFPE sobre a disciplina educação física adaptada*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

GAUDIOT, Denise Maria Simões Freire. *Sala de aula para surdos: recomendações ergonômicas*. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-graduação em Design, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

GÓES, M. C. R. *Linguagem, surdez, educação*. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOLDFELD, M. A. *Criança Surda, Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997. v. 1.

INEP. *O-panorama-dos-surdos-na-educacao-brasileira*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/confira-o-panorama-dos-surdos-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 20 dez. 2023.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. Investigação Qualitativa em Educação. Investigación Cualitativa en Educación*. Volume 2, 2015. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Marisa Dias. *Política Educacional e Política Linguística na Educação dos e para surdos*. 2018. 454 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

LOPES, Luciane Bresciani. *Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil*. 2017. 102f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LOPES, Luciane Bresciani; THOMAS, Adriana da Silva. Estudos Surdos em Educação no Brasil: a produção do campo no período de 1996-2006. INES. Revista *Forum*. Rio de Janeiro. n. 37. Jan-Jun 2018.

MAZZOTTA, Marcos. *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

MIORANDO, Tania Michele. *Formação de surdos professores: mais professores para a escola sonhada*. Estudos surdos I. Quadros, Ronice Müller de (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

MITTLER, P. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOGUEIRA, Thiago Coimbra. *Intérpretes de Libras-português no contexto de conferência: uma descrição do trabalho de equipe e as formas de apoio na cabine*. 2016. 213 p. Dissertação (Mestrado) – UFSC, Florianópolis, 2016.

PERLIN, Gladis. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. *Teorias da Educação e Estudos Surdos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura e Bacharelado em Letras: Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2009.

QUADROS, R. M. de. *Educação de Surdos: A Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REIS, Flaviane; STUMPF, Marianne Rossi; LIMA, Marisa Dias; QUADROS, Ronice Muller de (orgs.). *Direitos Humanos das pessoas surdas: pela equidade social, cultural e linguística*. Documento elaborado pela comunidade surda a partir do grupo de trabalho com os surdos de referência do Brasil, julho, 2018.

ROSA, E. F. Identidades surdas: o identificar do surdo na sociedade. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (Org.). *Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas*. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SANTANA, F. M. A. *Desvelando o lugar da educação especial nas matrizes curriculares dos cursos de pedagogia e do curso normal superior à luz da teoria da inclusão*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, 2005. p. 99-128.

SASSAKI, R. K. *Inclusão construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, R. K. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. *Revista Nacional de Reabilitação*, ano X, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30.

SKLIAR, C. (org.). *Educação & exclusão*. Abordagens socioantropológicas em educação especial. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

STROBEL, K. L. *As imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

UFPE. *Políticas de cotas na UFPE*, 2022. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/dlhi8nsrz4hK/content/ufpe-aprova-resolucao-que-institui-politicas-de-acoes-afirmativas-nos-programas-de-pos-graduacao-stricto-sensu/40615. Acesso em: 16 jan. 2024.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda, 2015.